



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

ELMA MARIA DA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL E MERCADO DE TRABALHO: uma análise do perfil sócio-
ocupacional dos/as egressos/as do curso de Serviço Social da UFCG**

SOUSA/PB
2018

ELMA MARIA DA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL E MERCADO DE TRABALHO: uma análise do perfil sócio-
ocupacional dos/as egressos/as do curso de Serviço Social da UFCG**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito para a obtenção
do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Paloma Rávylly de
Miranda Lima.

SOUSA/PB
2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Biblioteca Setorial de Sousa UFCG/CCJS
Bibliotecária – Documentalista: MARLY FELIX DA SILVA – CRB 15/855

S586s Silva, Elma Maria da.
Serviço Social e mercado de trabalho: uma análise do perfil sócio-ocupacional dos/as egressos/as do curso de Serviço Social da UFCG. / Elma Maria da Silva. - Sousa: [s.n], 2018.

89 fl.: Il. Col.

Monografia (Curso de Graduação em Serviço Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS/UFCG, 2018.

Orientadora: Prof.^a Ma. Paloma Rávylly de Miranda Lima

1. Serviço Social. 2. Mercado de Trabalho. 3. Expansão. 4. Precarização. I. Título.

Biblioteca do CCJS - UFCG

CDU 36:331.5

ELMA MARIA DA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL E MERCADO DE TRABALHO: uma análise do perfil sócio-
ocupacional dos/as egressos/as do curso de Serviço Social da UFCG**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito para a obtenção
do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Paloma Rávylly de
Miranda Lima

Data da defesa: 14/12/2018

COMISSÃO EXAMINADORA

~~Prof^a Ma. Paloma Rávylly de Miranda Lima (UFCG)~~
Orientadora

~~Prof^a Ma. Tatiana Raulino de Sousa (UFCG)~~
Professora Examinadora 1

~~Prof^o Ma. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa (UFCG)~~
Professora Examinadora 2

*“A minha mãe Maria do Socorro da Silva
(In Memoriam) que na minha infância fez
todo o esforço possível para que eu
pudeste estudar. Tão cedo nos deixou,
mas sua luta e coragem continuam sendo
minha fonte maior de inspiração nessa
vida”.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, Força Infinita e Inteligência Suprema que age para que nos tornemos felizes almas no universo. Cabe-nos, assim, o dever de viver com o justo respeito à consciência, operando o melhor pelas estradas da vida, até que adquiramos a consciência de que seja o que for que nos suceda, estamos e estaremos sempre sob o olhar de Deus. Não fosse essa compreensão, com certeza teria desistido na primeira dificuldade ou em tantas outras que permearam cada árduo semestre dentro da universidade. Gratidão por tanto amor e cuidado!

Agradeço a mulher que me inspirou nessa vida durante nove anos, um curto tempo, mas que foi marcado de bons exemplos, de força, coragem, de cuidados, amor e carinho. Minha mãezinha, eu sei que sempre esteve zelando por mim. Obrigada!

Agradeço aos meus filhos Lívia e Enlil por serem luz no meu caminho, pela oportunidade de aprender através da pureza das crianças, pelo olhar carinhoso, pelos abraços e beijinhos que fortalecem meus dias difíceis, por mesmo tão pequeninos compreender que em alguns momentos a mamãe teve que se ausentar para estudar, buscando assim proporcionar um futuro melhor para vocês. Amo vocês até a lua ida e volta.

Agradeço ao meu esposo Sérgio, por sempre me incentivar a voltar aos estudos, quando nem eu mesma acreditava que seria capaz; por ser presente, dedicado, cuidadoso e amoroso com a linda família que Deus nos confiou. Agradeço principalmente por todo apoio material, intelectual e emocional para que eu chegasse até aqui, obrigada por acreditar nos meus sonhos e fazer o possível para que eles se concretizem. Te amo!

Agradeço ao meu pai, meu irmão e minha boadastra por compreenderem os momentos ausentes e principalmente pelo desejo de quererem sempre o melhor para mim.

Em especial agradeço a minha irmã Elza, que sempre teve na torcida pelas minhas conquistas, que caminhou comigo dos mais duros até os mais felizes momentos, quantas coisas já passamos juntas! Eu tenho certeza que a nossa mãe sempre se fez presente nos guiando pelo melhor caminho, eu tenho orgulho da mulher que você se tornou. Obrigada por ser meu exemplo, amo-te.

Agradeço a minha sogra Maria de Lourdes (Lulu) por ter sempre me tratado como uma filha, pelo carinho, pelo cuidado e até pela compreensão nos meus dias difíceis, agradeço também aos meus cunhados Júnior e Moanna por torcerem por mim.

Agradeço a Comunhão Espírita Cristã a Casa do Caminho por ser o cantinho de paz e luz da minha vida, principalmente a todos os irmãos que tive a honra de ser agraciada com suas presenças em minha vida.

A minha amada Janine Queiroga, obrigada pela sua amizade, por acreditar no meu potencial, pelo apoio de sempre nos momentos difíceis e pelos sábios e constantes conselhos, você é luz na minha vida.

Impossível não agradecer a minha amiga Tamylla Elias, uma das principais pessoas que sempre me incentivou na vida acadêmica. Obrigada por me fortalecer com seu exemplo de estudante e com seu amor incondicional por tudo que faz.

A Edivânia Pamplona, a Super Mãe que me inspira. A mulher forte, guerreira e estudiosa, obrigada por se fazer presente em todos os momentos da minha vida.

A Lívia Queiroga, minha Lívia grande! Como sou feliz em ter você comigo nessa jornada, você traz alegria e altas gargalhadas para os meus dias. Obrigada por acreditar em mim, por me ensinar a dirigir fazer tudo que está ao seu alcance para mim e pelos meus pequenos.

A Michelle Durand, a irmã que Deus me presenteou através da amizade, afinidade, do amor e do respeito. Quantos momentos juntas! Seja na alegria ou na tristeza, sei que sempre terei um ombro amigo pra chamar de meu.

A minha adorável Élide Queiroga, te agradeço por ser luz divina em meu caminho. Você faz a diferença através do exemplo.

Agradeço a minha amiga Kamilla, na qual tive a honra de cursar os primeiros períodos do curso de Serviço Social e desde então encontrar uma verdadeira amiga, onde nem a distância é capaz de abalar os nossos sentimentos. Obrigada por estar sempre comigo, por cuidar tão bem de mim com suas palavras e ações, por elevar minha autoestima e por acreditar no meu potencial.

Imensa gratidão ao projeto de extensão Menino Legal por ter me acolhido tão bem e principalmente por aprender tanto, na teoria e na prática. Vocês fizeram a diferença na minha formação. Agradeço em especial as professoras Cecília

Paranhos e Emília Paranhos, por acreditar no meu potencial no dia da entrevista e por me permitir vivenciar momentos inesquecíveis nessa grande família.

Através do Projeto de Extensão Menino Legal eu pude conhecer extensionistas maravilhosas/os e preciso ser grata a cada um de vocês pelos maravilhosos momentos vivenciados juntos: Anderson, Bia, Bruno, Clara, Fabrício, Fernanda, Ingrid, Letícia, Michel, Nádia, Rafaela e Renata.

Agradeço a coordenação do curso de Serviço Social e a todo o corpo docente pela dedicação e compromisso e constante busca de melhorias para o curso.

Em especial agradeço a professora Tatiana Raulino por toda dedicação e compreensão durante as suas disciplinas, pelo apoio no período que precisei entrar em exercício domiciliar devido o puerpério e principalmente por ter me inspirado a fazer esse trabalho, começamos juntas, mas por motivos superiores não pudemos continuar. Saiba que você é parte deste trabalho.

E como Deus está sempre colocando pessoas especiais em minha vida, eu tive a sorte de encontrar uma segunda orientadora tão maravilhosa quanto a primeira, temi tanto por essa mudança e hoje percebo o quanto você foi ágil e dedicada. Obrigada Paloma Rávyla por superar minhas expectativas e por ser exemplo de dedicação.

Agradeço a Assistente Social Consuelo e ao Psicólogo Thales, funcionários exemplares da UFCG que me ajudaram com suas mediações nos momentos em que mais precisei.

Agradeço a tanta gente especial que sempre me ajudou de alguma forma: Minha prima Eliane por cuidar dos babys quando mais precisei. Minha amiga Enedina pela amizade de longas datas, obrigada por tudo que fez por mim, minha madrinha Cidinha, Maria de Fátima e Geovanne Santos, vocês são muito importantes para mim.

Agradeço em especial ao Berçário Espaço Criança, na pessoa de Mayrla Cavalcanti e todos que fazem parte dessa equipe. Obrigada pelo carinho e pelo cuidado com os meus filhos, esse espaço é a segunda casa deles e sou feliz por ver a alegria que eles sentem em ficar aí, se eu consegui concluir esse trabalho também foi graças ao apoio de vocês.

Agradeço a professora Cibelly Michalane pela dedicação, compromisso e compreensão, principalmente nesse último período do curso, o qual foi muito

cansativo e estressante para todos, obrigada por aceitar fazer parte da banca examinadora deste trabalho e pelas contribuições sugeridas.

Não poderia deixar de agradecer aos egressos/as pela disponibilidade e agilidade em responder o questionário, sem o compromisso e carinho de vocês não teria conseguido concluir essa monografia.

Agradeço por fim a todos os colegas de sala que compartilharam desta árdua e instigante jornada universitária, especialmente a: Fábila Laís pelo companheirismo e cumplicidade em todos os momentos, com certeza as dificuldades se tornaram mais leves ao seu lado, obrigada pela sua verdadeira amizade. Ao meu querido amigo que se tornou um irmão, Luan Limeira. Obrigada por ouvir meus desabafos e por compartilhar dos mesmos pensamentos em vários momentos da vida acadêmica, a Maria Siqueira pelas risadas e comilanças, minha companheira de estágio que conquistou meu coração ao longo destes quatro anos com a sua alegria de viver, a Edjane Mariz (Jane) minha companheira de eventos, amiga sincera e prestativa, obrigada por tudo! A querida Vanuza Araújo, sua calma e paciência me inspiram, você realmente merece o prêmio Nobel da Paz (rsrs). Obrigada por toda ajuda nos trabalhos da universidade e por sempre se preocupar comigo.

Um aprendiz...
Sendo eu, um aprendiz
A vida já me ensinou que besta
É quem vive triste
Lembrando o que faltou
Magoando a cicatriz
E esquece de ser feliz
Por tudo que conquistou
Afinal, nem toda lágrima é dor
Nem toda graça é sorriso
Nem toda curva da vida
Tem uma placa de aviso
E nem sempre o que você perde
É de fato um prejuízo
O meu ou o seu caminho
Não são muito diferentes
Tem espinho, pedra, buraco
Pra mode atrasar a gente
Mas não desanime por nada
Pois até uma topada
Empurra você pra frente
Tantas vezes parece que é o fim
Mas no fundo, é só um recomeço
Afinal, pra poder se levantar
É preciso sofrer algum tropeço
É a vida insistindo em nos cobrar
Uma conta difícil de pagar
Quase sempre, por ter um alto preço
Acredite no poder da palavra desistir
Tire o D, coloque o R
Que você tem Resistir
Uma pequena mudança
Às vezes traz esperança
E faz a gente seguir
Continue sendo forte
Tenha fé no Criador
Fé também em você mesmo
Não tenha medo da dor
Siga em frente a caminhada
E saiba que a cruz mais pesada
O filho de Deus carregou

(Braúlio Bessa)

RESUMO

A presente monografia resulta de uma pesquisa realizada em torno do tema Serviço Social e Mercado de Trabalho: uma análise do perfil sócio-ocupacional dos/as egressos/as do curso de Serviço Social da UFCG, na qual propõe uma discussão sobre mercado de trabalho que será a categoria que conduzirá as análises desta pesquisa, tendo como reflexo o contexto neoliberal do sistema capitalista e a precarização das relações de trabalho, que articuladas às especificidades locais delinearão o perfil sócio ocupacional do Serviço Social no Alto sertão paraibano. O intuito dessa pesquisa é compreender como esse mercado profissional se configura a partir da expansão e interiorização do ensino superior no Alto Sertão Paraibano. O objetivo principal deste trabalho é fazer uma análise do perfil sócio-ocupacional dos/as egressos/as do curso de Serviço Social da UFCG campus Sousa, bem como fazer um mapeamento destes perfis, e entender como o mercado de trabalho está abarcando esses profissionais, que se encontram num contexto de formação dado através da expansão e interiorização do curso de serviço social nas universidades e demais instituições de ensino. Na metodologia para esta investigação foram utilizados os instrumentos como pesquisa bibliográfica e documental que subsidiaram a elaboração do referencial teórico e análise dos resultados, bem como dados de pesquisas já realizadas sobre o tema, no Brasil, levantamento de dados e pesquisa com os/as egressos/as da segunda turma formada em Serviço Social na UFCG campus Sousa no ano de 2015. A pesquisa realizada foi exploratória de campo, sendo de caráter quanti-qualitativa. Para a entrevista foi utilizado um formulário estruturado online no Google com perguntas fechadas e abertas, dividido em quatro partes. Para construção do primeiro capítulo deste trabalho foi feito um levantamento bibliográfico sobre a institucionalização da profissão, sua inserção em processos coletivos de trabalho e a construção do projeto ético-político profissional. No segundo capítulo foi abordado, a partir de dados bibliográficos, o debate da crise, da reestruturação produtiva e das contrarreformas e no terceiro capítulo foi abordado um pouco sobre os processos de contrarreforma que acarretaram a expansão, interiorização e privatização da educação superior no Brasil e os impactos que isso causa na formação e profissão do/a assistente social, finalizando com a análise de dados da entrevista.

Palavras Chaves: Mercado de trabalho; expansão; precarização.

ABSTRACT

This monograph results from a research carried out around the Social Work and Labor Market: an analysis of the socio-occupational profile of the graduates of the Social Work course of the UFCG, in which it proposes a discussion about the labor market, which will be the category that will lead to the analysis of this research, reflecting the neoliberal context of the capitalist system and the precariousness of labor relations, which, articulated with the local specificities, will outline the socio-occupational profile of Social Service in the Upper Sertão of Paraíba. The purpose of this research is to understand how this professional market is shaped by the expansion and internalization of higher education in Alto Sertão Paraibano. The main objective of this work is to analyze the socio-occupational profile of the graduates of the Social Work course at UFCG campus Sousa, as well as mapping these profiles, and understand how the labor market is encompassing these professionals, who are in a context of training given through the expansion and internalization of the social service course in universities and other educational institutions. In the methodology for this investigation, the instruments were used as bibliographical and documentary research that subsidized the elaboration of the theoretical reference and analysis of the results, as well as data of research already done on the subject in Brazil, data collection and research with the graduates of the second class formed in Social Work at UFCG campus Sousa in the year 2015. The method for analysis of data from field research was quanti-qualitative. For the interview we used a structured online form in Google with closed and open questions, divided into four parts. For the construction of the first chapter of this work a bibliographical survey was made on the institutionalization of the profession, its insertion in collective work processes and the construction of the professional ethical-political project. In the second chapter, the debate on the crisis, productive restructuring and counter-reforms was approached from the bibliographical data and in the third chapter it was approached a little about the processes of counterreformation that led to the expansion, internalization and privatization of higher education in Brazil and the impacts that this causes on the training and profession of the social worker, ending with the analysis of interview data.

Keywords: Labor market; expansion; precariousness.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

BM – Banco Mundial

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CCJS – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

FADISA – Fundação de Ensino Superior de Sousa

FDS – Faculdade de Direito de Sousa

FMI – Fundo Monetário Internacional

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

LOS – Lei Orgânica da Saúde

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OMC – Organização Mundial do Comércio

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PPC – Plano Pedagógico de Curso

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

UAD – Unidade Acadêmica de Direito

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal de Campina Grande

UNESCO – Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas

UNIP – Universidade Paulista

UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Esfera Federal - Ano de 2018	53
Tabela 02: Esfera Estadual - Ano de 2018.....	53
Tabela 03: Esfera Municipal - Ano de 2018.....	54
Tabela 04: Esfera Privada - Ano de 2018.....	54
Tabela 05: Rendimentos dos/as profissionais que atuam na área	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Faixa Etária.....	62
Gráfico 02 – Inscrição no Conselho.....	63
Gráfico 03 – Inserção no Mercado de Trabalho	64
Gráfico 04 – Absorção dos/as profissionais no Mercado de Trabalho.....	65
Gráfico 05 – Motivo da não Atuação	66
Gráfico 06 – Rendimentos Brutos Mensais	68
Gráfico 07 - Contribuição com a Renda Familiar	70
Gráfico 8 – Estado Civil	70
Gráfico 09 – Quantidade de Locais de Trabalho	71
Gráfico 10 – Satisfação com o trabalho exercido atualmente.....	72
Gráfico 11 – Formação continuada	73
Gráfico 12 – Motivo da Formação Continuada	74
Gráfico 13 – Frequência em Congressos	75
Gráfico 14 – Frequência de leituras.....	76
Gráfico 15 – Como Considera a Formação Acadêmica.....	78
Gráfico 16 – Como se Sentem em Relação a sua Formação.....	81

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: institucionalização, processos de trabalho e projeto ético-político profissional	21
2.1	Serviço Social no Brasil: profissionalização e influências da formação profissional.....	21
2.2	A inserção do/a assistente social em processos coletivos de trabalho.....	27
2.3	Formação profissional e o projeto ético-político do Serviço Social na contemporaneidade	31
3	CRISE CAPITALISTA, RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E INFLEXÕES NO MERCADO PROFISSIONAL DE TRABALHO	39
3.1	Crise do capital e reestruturação produtiva	39
3.2	Contrarreformas no mercado de trabalho brasileiro e prevalência da precarização do trabalho.....	43
3.3	Tendências atuais do mercado de trabalho do/a assistente social e particularidades dos espaços sócio-ocupacionais em Sousa-PB.....	48
4	TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL NO ALTO SERTÃO PARAIBANO: uma análise do perfil sócio-ocupacional dos/as egressos/as do curso de Serviço Social da UFCG	56
4.1	Expansão, interiorização e privatização da educação superior no Brasil e seus rebatimentos no Serviço Social	56
4.2	Alto sertão paraibano e mercado de trabalho profissional: perfil da inserção sócio-ocupacional dos/as egressos/as do curso de Serviço Social da UFCG.....	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85

1 INTRODUÇÃO

O objeto que culminou esta monografia é o mercado de trabalho dos/as egressos/as do curso de Serviço Social da UFCG - *campus* Sousa, no intuito de compreender como esse mercado profissional se configura a partir da expansão e interiorização do ensino superior no Alto Sertão Paraibano.

A expansão da educação superior brasileira ocorre da concepção público-privada entre universidades e o ramo empresarial, na qual o conhecimento é determinado pela lógica privatista, nesse sentido, mesmo havendo um avanço em relação à ampliação e interiorização do ensino superior, essa tendência caracteriza explicitamente a implantação do ensino na esfera mercadológica, no qual o crescimento e investimentos são direcionados aos institutos de ensino superior privado e EAD (Ensino à Distância) em detrimento das instituições de ensino superior pública.

Deste modo, essa expansão também modifica as relações no mercado de trabalho no Brasil, pois quanto mais se tem um exército industrial de reserva¹ ao dispor do capital, mais aumenta a problemática do trabalho precarizado, na maioria das vezes, caracterizado pela flexibilização nas relações de contrato trabalhista².

O interesse por esse estudo surge a partir de inquietações adquiridas na experiência do estágio curricular supervisionado I e II, no qual evidenciamos o crescimento da demanda para apenas uma assistente social. Assim, levantava o questionamento: Porque não contratar mais um/a profissional do Serviço Social? E a quantidade de alunos/as que se formam em Serviço Social anualmente na UFCG? Onde estão atuando?

Para, além disto, várias vezes em sala de aula a professora Tatiana Raulino focava na importância de analisar o mercado de trabalho do/a assistente Social na região, tanto para trazer novos temas para a universidade, no intuito da diversificação dos temas, como para mostrar esses dados à sociedade, a própria

¹ Exército industrial de reserva é um conceito desenvolvido por Karl Marx em sua crítica da economia política, e refere-se ao desemprego estrutural das economias capitalista. O exército de reserva corresponde à força de trabalho que excede as necessidades da produção.

² O pressuposto da flexibilização como um benefício ao trabalhador parte do resgate pelo controle das organizações sobre a classe trabalhadora, porém as consequências destas propostas de flexibilização, terceirização e desindustrialização geram desemprego, perda da força sindical e precarização como aponta Antunes (1995)

universidade, aos estudantes que estão na graduação ou até mesmo os que ainda vão se inserir para que tenham conhecimento do mercado de trabalho na área, na busca do fortalecimento da profissão.

É necessário pontuar que além da UFCG temos, no Alto Sertão Paraibano, mais duas instituições de ensino superior que formam assistentes sociais anualmente, a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e a Universidade Paulista (UNIP), através da modalidade EAD. Essas instituições privadas e de ensino a distância também estão situadas na vizinha cidade de Cajazeiras/PB, além da FAFIC que é uma universidade privada e que forma assistentes sociais na modalidade presencial.

Dessa forma, é importante refletir sobre esse processo de expansão do ensino superior bem como sobre a qualidade deste ensino, tendo em vista a quantidade de profissionais que são disponibilizados para o mercado de trabalho anualmente, um número crescente que busca ser absorvido na microrregião ora situada.

Portanto, essa pesquisa é imprescindível para compreender como está se apresentando esse mercado de trabalho para os/as egressos/as de Serviço Social, pois trata-se de um curso novo na região, que foi aprovado na UFCG em 2009 e sua primeira turma iniciou-se em 2010 e entender como vem se dando a ampliação deste mercado de trabalho no alto sertão da Paraíba, captando as formas de como essa realidade se apresenta, além do mais é um tema de extrema relevância porque insere o debate profissional e faz parte dos fundamentos do Serviço Social

Essa pesquisa ainda contribui ao fazer uma espécie de mapeamento que ajuda a consolidar e trazer dados que podem ajudar o CRESS da nossa região a identificar como estão esses profissionais que entraram no mercado de trabalho recentemente.

O objetivo principal deste trabalho é fazer uma análise do perfil sócio-ocupacional dos/as egressos/as do curso de Serviço Social da UFCG campus Sousa, bem como fazer um mapeamento destes perfis, e entender como o mercado de trabalho está abarcando esses profissionais, que se encontram num contexto de formação dado através da expansão e interiorização do curso de serviço social nas universidades e demais instituições de ensino.

No caminho metodológico para esta investigação foram utilizados os

seguintes instrumentos: pesquisa bibliográfica e documental que subsidiaram a elaboração do referencial teórico e análise dos resultados, dados de pesquisas já realizadas sobre o tema, a nível nacional, levantamento de dados e pesquisa com os/as egressos/as da segunda turma formada em Serviço Social na UFCG campus Sousa no ano de 2015.

O tipo de pesquisa de campo é a quanti-qualitativa. Para a entrevista foi utilizado um formulário estruturado online no Google, onde foi enviado individualmente por e-mail para cada egresso de uma turma de 38 alunos/as, e dado essa amostra, conseguimos coletar informações de 30 deles.

O questionário online e semi-estruturado, foi desenvolvido com perguntas fechadas e abertas, dividido em quatro partes. A primeira parte se refere às informações pessoais dos/as egressos/as composta por dez perguntas; a segunda parte trata das informações profissionais composta por 18 perguntas; a terceira parte refere-se à formação continuada composta por quatro perguntas; a quarta e última parte trata da satisfação com a formação acadêmica e com a profissão e é composta por cinco questões.

Escolhemos a segunda turma formada por dois motivos: o primeiro devido ao lapso de tempo de três anos decorridos, pelo qual se tem um bom recorte do período para tentar identificar essa absorção no mercado de trabalho, fazer alguma pós-graduação, estudar para concurso e se aperfeiçoar de alguma forma; o segundo motivo foi justamente porque no ano de 2015, ano de formação destes egressos, deu-se início a um processo de acentuação de ajuste fiscal por parte do governo federal, no qual consistiu em cortar despesas do governo na educação, saúde e assistência. Isso não significa dizer que os estudantes que se formaram em anos anteriores tenham o seu emprego garantido, mas é necessário fazer essa relação para compreendermos, incipientemente se isso tem impactado no mercado de trabalho profissional nesta microrregião.

Para construção do primeiro capítulo deste trabalho foi feito um levantamento bibliográfico sobre a institucionalização da profissão, sua inserção em processos coletivos de trabalho e a construção do projeto ético-político profissional.

No segundo capítulo foi abordado, a partir de dados bibliográficos, o debate da crise, da reestruturação produtiva e das contrarreformas, pois são imprescindíveis para servir de base e pressuposto com o propósito de compreender as mudanças

ocorridas no mercado de trabalho brasileiro em tempos de crise; e captando, ainda, os espaços sócio-ocupacionais do/a assistente social na cidade de Sousa-PB.

No terceiro capítulo foi abordado um pouco sobre os processos de contrarreforma que acarretaram na expansão, interiorização e privatização da educação superior no Brasil e os impactos que isso causa na formação e profissão do/a assistente social. Depois foi realizada uma breve caracterização do Alto sertão paraibano para posteriormente, apresentarmos como está o mercado de trabalho profissional no Serviço Social, para em seguida adentrarmos na pesquisa e tentar identificar o perfil da inserção sócio-ocupacional dos/as egressos/as do curso de Serviço Social da UFCG.

Nosso escopo foi provocar reflexões e indagações sobre o mercado de trabalho dos assistentes sociais, sem nenhuma pretensão de apontar respostas definitivas, mas com a perspectiva de que novas pesquisas nesse ramo surjam para assim entendermos melhor os rumos que a profissão toma.

2 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: institucionalização, processos de trabalho e projeto ético-político profissional

Neste capítulo faremos uma discussão sobre trabalho e formação profissional em serviço social com o propósito de compreendermos as mudanças ocorridas no mercado de trabalho em tempos de crise, considerando o contexto histórico em que se insere a profissão que reflete sobre a formação e conseqüentemente no agir profissional.

Nesse contexto, cabe destacar a importância da discussão sobre a formação profissional a partir da afirmativa de Carvalho (1986):

A questão da formação profissional do/a assistente social constitui-se hoje, na realidade brasileira, um objeto de debate e de análise para professores, estudantes, supervisores no contexto dos cursos e Serviço Social e para a categoria dos/as assistentes sociais que busca um repensar do Serviço Social frente aos desafios que se colocam para a profissão na atual conjuntura. (p.17)

Para melhor compreensão do objeto de estudo que é o mercado de trabalho em Serviço Social, mais especificamente na cidade de Sousa-PB, é importante realizarmos uma breve reflexão sobre o surgimento do Serviço Social. Esta análise está voltada de modo a compreender o seu significado sócio-histórico relacionado à sua vinculação com a sociedade capitalista em sua fase monopolista (NETTO, 1996), como uma das profissões que surgem para o enfrentamento das expressões da “questão social³”.

2.1 Profissionalização e influências da formação profissional

O Serviço Social surgiu no Brasil na década de 1930 com forte vínculo e influência da Igreja Católica, desenvolvendo uma prática de adequação moralizadora do ser humano; suas ações visavam atender as necessidades do indivíduo, que era visto como responsável pela situação social e econômica em que se encontrava e,

³ “[...] conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do ‘trabalhador livre’, que depende de venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando e, causa as relações entre amplos segmentos da sociedade cível e o poder estatal”. (IAMAMOTO, 2007. p.16,17).

ainda, pelos problemas sociais existentes.

A prática do Serviço Social era fundamentada pela Doutrina Social da Igreja, a qual originaram-se obras e atividades de caráter social, com a participação de “trabalhadoras sociais”⁴ e tendo por base ideológica o conservadorismo.

Neste sentido, a profissão tinha sua prática direcionada aos indivíduos que estavam à beira dos padrões postos pela burguesia, com a finalidade de ajustá-los para o convívio social. Conforme Faleiros (2001, p.88): “o trabalho social consistia no [...] controle social da família operária para adequar e ajustar seu comportamento às exigências da ordem social estabelecida”.

Em 1936, em decorrência das demandas do Estado e do Movimento Católico Laico, o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) funda a primeira Escola de Serviço Social do país, em São Paulo. A partir de então surge O Serviço Social⁵ sob forte influência da Igreja Católica na formação e na prática profissional e começa a atuar com a identidade que lhe é atribuída.

O Estado não possuía relação com a formação profissional na origem da Escola de Serviço Social, esta era uma atribuição assumida inteiramente pela Igreja cuja doutrina tinha grande orientação Neotomista⁶ que são diretrizes relacionadas à busca da perfeição e da dignidade humana. Para tanto,

Nas décadas de 1940 e 1950, oriundas das influências externas e de uma maior profissionalização, o Serviço Social ainda era alicerçado pela matriz conservadora, porém recebeu uma grande influência norte-americana e da corrente

⁴ A atuação da mulher nessas práticas era vista como natural, frente à vocação “para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2005, p. 171-172).

⁵ De acordo com Silva (2014) o Serviço Social surge com objetivos claros: dar respostas à “questão social” e ao movimento operário e popular no sentido de controlá-los. O processo de modernização do país com a Revolução Industrial trouxe heranças do colonialismo, do autoritarismo, da escravatura e do desrespeito aos direitos das classes trabalhadoras, período que houve a intensificação dos conflitos provenientes da luta da classe operária, gerando garantia de direitos trabalhistas e o reconhecimento do Estado quanto à existência da questão social, passando este a enfrentar a pobreza como uma de suas principais manifestações, assim as organizações de trabalhadores, iniciaram as primeiras formas de resistência através das lutas, propiciando uma visibilidade da questão social no Brasil.

⁶ O neotomismo defende um modelo cristão de sociedade, que se consubstancia nas condições históricas da ordem burguesa, tendo em vista torná-la ‘mais justa e fraterna’, cuja caracterização passa por um trabalho de evangelização das massas, como exigência para o desenvolvimento, na vida social, do senso de liberdade e fraternidade (ABREU, 2004, p. 51- 52).

positivista. As influências de Mary Richmond com o “Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade” marcaram o Brasil durante essas décadas.

Essas práticas deram início a “Organização e Desenvolvimento de Comunidade”, nas quais eram feitas abordagens individuais e com grupos buscando o desenvolvimento da comunidade. Em 1947, surge o primeiro Código de Ética do Serviço Social, um avanço para a normatização da profissão que, nesta época, baseava-se na moral conservadora.

O surgimento do Serviço Social no Brasil e sua institucionalização não podem ser compreendidos como um acontecimento natural ou isolado. É necessário levar em consideração o resultado de dois processos associados que geraram as condições sócio-históricas indispensáveis para a constituição e trajetória da profissão.

O primeiro processo é o redimensionamento do Estado decorrente da fase monopólica do capital. Netto (2009) entende que o Estado intervém no processo econômico da burguesia, mas que, no capitalismo monopolista, essa intervenção muda na sua estrutura e no seu funcionamento. Isto é, “no capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas” (Netto, 2009, p. 25). Nesta mesma concepção, Forti (2013) se pronuncia;

Nisso temos a evidência da(s) política(s) como elemento funcional, estratégico da ordem monopolista, por constituir(em) a resposta necessária aos interesses da burguesia e à conseqüente necessidade de legitimação do Estado burguês face as “novas” configurações dos conflitos de classe, suscitados por essa ordem do capital e pela conseqüente conformação política dos movimentos operários – mecanismo tomado como eficiente para aplacar os conflitos que ameaçam pôr em xeque a ordem societária estabelecida, ou seja, os antagonismos da relação capital/trabalho, objetivados nas múltiplas e tipificadas expressões da “questão social” (FORTI, 2013, p. 51).

O segundo processo é a busca pela recuperação da hegemonia ideológica da Igreja Católica, através da consolidação da Ação Católica e, conseqüentemente, a Ação Católica Brasileira (ACB).

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no “mundo temporal”, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa (IAMAMOTO, 2013, p. 18).

As décadas de 1960 e 1970 foram importantíssimas para a profissão, que vivenciava o Movimento de Reconceituação no Brasil e na América Latina, e o Processo de Renovação Profissional no Brasil no contexto da ditadura militar⁷, um marco que veio propor a ruptura das práticas tradicionais. Segundo Iamamoto (2010) este movimento é um processo no qual o Serviço Social adquire caminhos com novos fundamentos teórico-metodológicos.

É dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi* (IAMAMOTO, 2010, p.205).

Podemos destacar como marcos históricos para o Serviço Social: O encontro realizado em Porto Alegre-RS em 1965, que foi o início do processo de reestruturação da profissão; em seguida, documentos como de Araxá (1967)⁸, Teresópolis⁹ (1970) e de Sumaré¹⁰ (1980), que foram elaborados na busca de propostas de teorização para o Serviço Social, contendo as primeiras expressões de Renovação da profissão.

A profissão tem sua reconstrução durante o período mais intenso da ditadura

⁷ De acordo com NETTO (2011) Diversos aspectos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social num contexto de Ditadura Militar, dentre eles: a repressão intelectual, cultural, trabalhista e popular, além do agravo das expressões da questão social o que impulsionou a renovação da atuação profissional do Serviço Social, pois é neste período histórico que a renovação profissional se consolida. A expansão das políticas sociais ajustadas ao crescimento econômico, requereu massivamente o trabalho dos Assistentes Sociais para implementação e gestão destas políticas sociais que se mostravam excludentes.

⁸ O seminário de Araxá foi um encontro que ocorreu de 19 a 26 de março de 1967 em Araxá Minas Gerais, contando com a participação de 38 profissionais. Foi promovido pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais) e o tema debatido foi a Metodologia do Serviço Social, ocorreu 03 anos depois da instalação da ditadura no Brasil, foi um seminário de estudo de propostas de construir tópicos com o parâmetro profissional, esse movimento foi considerado um marco para o Serviço Social brasileiro. “Esse documento traz que o Serviço Social necessitava de uma nova configuração, a começar pela teorização, sendo assim era preciso que a prática profissional fosse mais pautada em princípios teóricos e em ações que servissem melhor à sociedade brasileira” (AGUIAR, 1989).

⁹ Em janeiro de 1970, com o tema Metodologia do Serviço Social, realizou-se o Seminário de Teresópolis, com trinta e três Assistentes Sociais presentes, apesar de 103 profissionais terem sido convidados. Neste seminário foi discutido a prática profissional e sua interlocução com a teoria, uma concepção operacional da profissão, pautando-se a qualificação do/a assistente social. Buscava-se criar um perfil que melhor contemplasse a modernização conservadora da Ditadura Militar.

¹⁰ O Seminário de Sumaré foi realizado em novembro de 1978 e o tema Cientificidade do Serviço Social foi seu objeto de estudo com os sub-temas Serviço Social e Fenomenologia e Serviço Social e Dialética. Participaram do debate vinte e cinco/a assistentes Sociais. Segundo Netto (2005): “A documentação do Sumaré está para o deslocamento da perspectiva modernizadora assim como estão, para o seu momento ascendente, os documentos de Araxá e Teresópolis.” (p.195).

militar (1972 a 1975), no qual surge o “Método BH” que consistiu efetivamente no primeiro projeto crítico para a profissão, e através dele que se dá aproximações iniciais da profissão com o marxismo, que pretendia romper com o conservadorismo profissional abrangendo todas as suas tendências: desde as do tradicionalismo profissional - que aparece repaginado na Perspectiva da Reatualização do Conservadorismo, que busca um serviço social mais tradicional, a partir de bases sociais vinculadas ao tradicionalismo católico, mas amparado pelas teorias fenomenológicas; quanto às do tecnicismo conservador - como a Perspectiva Modernizadora que teve grande base sócio-política de apoio à Ditadura e que consistia numa maior racionalização/burocratização/tecnificação da profissão a partir do aparato teórico-metodológico do funcionalismo/positivismo (NETTO, 1991).

É nesse contexto que inaugura o surgimento da vertente nominada por (NETTO,1991) de “intenção de ruptura” e que se configura como um dos mais importantes marcos para se entender a trajetória do Serviço Social no Brasil, sobretudo pela sua inédita e formal aproximação com a tradição marxista¹¹

Em 1979, aconteceu outro grande marco no Serviço Social, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, conhecido também como “o Congresso da Virada”. O evento expôs argumentos sobre o tradicionalismo contidos no interior da profissão e sua politização. Mais um avanço para a construção do projeto ético-político da profissão.

Diante o exposto, a história do capitalismo não é apenas um cenário para a prática profissional do/a assistente social, mas um elemento constitutivo da mesma, pois é a partir da mudança do capitalismo concorrencial para sua fase monopolista que o Serviço Social emerge na esfera mundial, inserido na produção e reprodução das relações sociais, sobretudo entre o Estado e classe trabalhadora. Conforme podemos observar na reflexão de lamamoto (2009),

Poder-se-ia afirmar que o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do

¹¹ A aproximação entre o Serviço Social e a tradição marxista se estabelece nos idos dos anos 1960, exatamente quando é possível observar a convergência de alguns fatores extra-profissionais, tais como: o clima de efervescência política internacional e nacional expresso no, entre outros fenômenos, fortalecimento do movimento estudantil. “Em termos intra-profissionais, verifica-se o esgotamento dos moldes do “Serviço Social tradicional”, entendido como incapaz de fornecer as repostas necessárias frente ao padrão de acumulação capitalista então vigente” (NETTO, 1991, p.168)

controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora. Assim, contribui como um dos mecanismos institucionais mobilizados pela burguesia e inserido no aparato burocrático do Estado, das empresas e outras entidades privadas de classes, contrapondo-se às iniciativas autônomas de organização e representação dos trabalhadores. (idem, p.94)

O processo de profissionalização resulta de circunstâncias históricas, devido ao desenfreado crescimento do capitalismo. A questão social¹² se expressa mais forte ainda, os trabalhadores começam a fazer reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho, assim, o Estado surge como um novo mediador para a questão social, trazendo as políticas sociais.

A prática profissional do/a assistente social historicamente esteve vinculada aos preceitos do capitalismo, ou seja, ordenando-se nos seus valores, interesses e ideologias. Entretanto, o/a assistente social responde tanto a demandas do capital como do trabalho. Desta forma, identificamos o caráter dual e contraditório da profissão, posto que ao mesmo tempo em que atende aos interesses da classe dominante, atende também a classe trabalhadora.

Assim, o Serviço Social precisa ser compreendido como elemento incluso neste contexto complexo e contraditório, pois está inserido tanto no processo de reprodução dos interesses do capital, quanto nas demandas e respostas da classe trabalhadora, o que nos permite afirmar que o/a assistente social participa do movimento conflituoso da reprodução e continuidade da luta de classes, visto que:

[...] responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO e CARVALHO, 1998, p. 75).

Para isso, devemos levar em consideração a forma como esse trabalho se configura a partir do modo de produção capitalista, de maneira alienada, mas que se apresenta também como uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, baseada por aportes teórico-metodológicos e ético-político, ou seja, com algumas colaborações para exercer a sua relativa autonomia enquanto profissionais especializados, e propor um trabalho que se direcione ao

¹² «É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão» (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 84)

fortalecimento dos direitos.

Por isso, não é possível conceber o Serviço Social reservado em si mesmo, ou seja, entender a profissão de maneira isolada como se ela estivesse isenta e imune de todas as transformações societárias. Pelo contrário, os processos sociais e suas deliberações impactam direta e indiretamente na totalidade da profissão e isso requer análise crítica, propositiva e transformadora dos/as profissionais na atualidade.

Ao discutirmos sobre o trabalho profissional do/a assistente social na sociedade burguesa, consideramos como um dos aspectos fundamentais para a análise a centralidade da categoria trabalho, expressa de maneira enfática na afirmação, de inspiração marxiana: “[...] o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas” (ANTUNES, 1995, p.121).

2.2 A inserção do/a assistente social em processos coletivos de trabalho

A vida em sociedade, o ser social e o reconhecimento de classes só se tornam possíveis através do trabalho, ele é o elemento fundante dessas relações, possibilita manutenção das suas condições de sobrevivência e dá sentido para a vida. A categoria trabalho, na sua centralidade, faz que o homem, ao trabalhar o mundo objetivo, se prove de maneira efetiva como um ser genérico (MARX, 1983).

Por outro lado, em detrimento da expansão, do processo de distribuição desigual das riquezas produzidas no sistema capitalista, o trabalho resulta em exploração, desigualdades sociais, extração da mais-valia¹³, precárias condições de trabalho, dentre outros. Nesse sentido, Marx (1983) também afirma:

[...] o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua essência, [...] portanto ele não se afirma, mas se nega em seu trabalho, [...] não se sente bem, mas infeliz, [...] não desenvolve energia mental e física livre, mas mortifica a sua physis e arruína a sua mente. Daí que o trabalhador só se sinta junto a si fora do trabalho. Sente-se em casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte,

¹³ É a compra e venda da força de trabalho, ao vender sua força de trabalho, o valor recebido é um valor inferior ao que sua força produtiva realiza, desta forma só interessa ao capital a sua capacidade de produção. Os capitalistas “não conhecem os trabalhadores como seres humanos, mas apenas como instrumentos de produção, os quais têm de render tanto quanto possível e fazer tão poucas despesas quanto possível” (MARX, 2004, p. 38).

não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (p.153).

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, logo o/a assistente social é um trabalhador assalariado, e que está vinculado ao processo de venda da sua mão de obra, disponível a múltiplos empregadores, no qual se destaca o Estado, e estes, detém os meios e instrumentos de trabalho¹⁴, indispensáveis à prática profissional, (IAMAMOTO, 1998).

Esta discussão é fruto do processo renovador e aproximação teórica com o marxismo, nesses termos, pode-se afirmar que a aproximação do Serviço Social com a teoria de Marx possibilitou compreender a profissão no processo de produção e reprodução das relações sociais, determinando sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e reconhecendo o/a assistente social como trabalhador assalariado. O significado da profissão também destaca a prioridade da produção na constituição dos sujeitos sociais.

Esta perspectiva destaca, fundamentalmente, a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Implica, pois, em compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 04).

Nessa perspectiva, a categoria trabalho é reconhecida como eixo fundamental da vida social e a sociedade capitalista se estrutura de acordo com seus traços de conflitos entre as classes, as relações de exploração, várias formas de alienação e desigualdades sociais.

Essa orientação teórico-metodológica no Serviço Social permitiu grandes avanços na teoria, na prática e no modo investigativo da profissão, pois viabilizou para que os/as assistentes sociais fossem além da condição de meros executores de políticas, projetos programas, para adquirirem, nas últimas três décadas, o requisito de planejadores e de gestores das políticas.

¹⁴ [...] o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio deste movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1985, p.149).

Ao mesmo tempo, possibilitou aos/as profissionais a compreensão da sociedade capitalista em uma perspectiva de classe, o capital enquanto parte das relações sociais, a compreensão da questão social como matéria prima de sua intervenção e como consequência das contradições do modo de produção capitalista, na sua forma de distribuir as riquezas socialmente produzidas.

Ao utilizar a teoria social de Marx como referência analítica, o Serviço Social expandiu suas capacidades teóricas, políticas e investigativas, pois tal caminho exige pesquisa acerca do contexto histórico, da realidade da sociedade, da economia, da política, e da cultura onde se inscreve como profissão na divisão social e técnica do trabalho.

Nesse contexto, o amadurecimento do Serviço Social alcançado, a partir de sua relação com o marxismo, criou as condições práticas para o avanço no âmbito do ensino, da pesquisa e do exercício profissional. Princípios sustentadores de uma formação profissional crítica, para superar os desafios contemporâneos.

As transformações no mundo do trabalho estabeleceram profundas mudanças na sociedade, no Estado e nas políticas sociais, o que causou impactos nos processos de trabalho dos assistentes sociais, que veio exigir um perfil profissional polivalente apto às exigências atuais, conduzido pela racionalidade técnico-instrumental. Neste sentido, Netto (1996) lembra que esse cenário tem exigido dos/as profissionais, coragem cívica e intelectual para consolidar os princípios e os valores do Serviço Social.

Ponderando a profissão a partir dessa perspectiva, significa compreender as ações objetivas e subjetivas no contexto sócio-histórico do Serviço Social. Ou seja, o/a assistente social como um trabalhador que vende sua força de trabalho, também se insere nas formas modernas de exploração aliadas a precarização dos vínculos e contratos de trabalho, baixos salários, contratações temporárias e até mesmo o trabalho informal.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista, sua gênese, não diz respeito inteiramente à sustentação econômica da sociedade, mas também às instituições e ideologias, propriamente, aos processos de reprodução da força

produtiva¹⁵ e de alienação do trabalho.

O Serviço Social, por sua vez, é uma especialização do trabalho coletivo no capitalismo e encontra-se inserido em processos de trabalho¹⁶. Iamamoto (2000) utiliza, para isso, a matriz teórica e metodológica marxista para trazer a discussão do Serviço Social sob a perspectiva do trabalho.

O Serviço Social contribui para a produção e reprodução da sociedade, onde por meio de seu trabalho, garante a sobrevivência e a reprodução da força do mesmo. É desta forma, uma profissão socialmente necessária por que ela atua “sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora” (IAMAMOTO, 2000, p. 67).

Sendo assim, o Serviço Social é uma especialização na divisão sociotécnica do trabalho que se gesta e se amplia no capitalismo, exclusivamente, segundo Netto (2006), a partir de sua fase monopolista. O mesmo acrescenta que

É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do/a assistente social. A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente com a “evolução da ajuda”, a “racionalização da filantropia” nem a “organização da caridade”, vincula-se, com a dinâmica da ordem monopólica (NETTO, 2006, p.73).

Podemos afirmar que é fundamentado na concepção de trabalho em Marx que Iamamoto (2000) sustenta o argumento de que o Serviço Social é trabalho, ainda que considerado como trabalho improdutivo¹⁷, sendo os elementos constitutivos do processo de trabalho em Marx: objeto ou matéria prima, instrumentos e o trabalho em si (MARX, 1985 a, p. 53). A autora assegura que o objeto de trabalho do Serviço Social é a questão social em suas múltiplas expressões.

Deste modo o Serviço Social se expressa no âmbito das próprias relações na

¹⁵ A explicação de força produtiva aqui empregada está destacada em Braz e Netto (2006, p.58) quando sintetizam, a partir da perspectiva marxiana, que força produtiva é o conjunto dos elementos do processo de produção, ou seja, dos meios de trabalho, dos objetos de trabalho, da força de trabalho.

¹⁶ A partir do pressuposto de que a instituição empregadora organiza o processo de trabalho do/a assistente social, Iamamoto afirma que este profissional não tem um único processo de trabalho, este variaria de acordo com o campo no qual atua o profissional, o que há são processos de trabalho no qual se insere o/a assistente social (IAMAMOTO, 2000, p. 106).

¹⁷ Conforme Iamamoto, o trabalho improdutivo seria “aquele que não se troca por capital, mas diretamente por renda, salário ou lucro” (IAMAMOTO, 2000, p. 117).

sociedade, e seu exercício profissional está diretamente vinculado ao controle político ideológico e subordinado ao Estado. Assim:

O/a assistente social, ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais, coloca-se na linha de intersecção das esferas públicas e privadas, como um dos agentes pelo qual o Estado intervém no espaço doméstico dos conflitos, presentes no cotidiano das relações sociais. Tem-se aí uma dupla possibilidade. De um lado, a atuação do/a assistente social, pode representar uma “invasão da privacidade” através de condutas autoritárias e burocráticas, como extensão do braço coercitivo do Estado ou da empresa. De outro lado, ao desvelar a vida dos indivíduos, pode, em contrapartida, abrir possibilidades para o acesso das famílias a recursos e serviços, além de acumular um conjunto de estudos sociais. O Serviço Social atua numa zona de fronteira entre o público e o privado (IAMAMOTO, 2008, p. 357).

O Serviço Social brasileiro passou por diversas transformações ao longo das últimas décadas. Nos seus 82 anos de profissão no país, os últimos trinta e dois anos marcam a postura crítica da profissão ao sistema capitalista na sociedade. Ao mesmo tempo, as transformações deste sistema trazem desafios contínuos e cada vez mais complexos aos assistentes sociais, que necessitam constantemente criar estratégias de intervenção que consolide o contexto histórico da profissão de autonomia da classe trabalhadora.

É neste cenário de mudanças no contexto da profissão, de avanços e retrocessos, de afirmação do compromisso com a classe trabalhadora que o Serviço Social construiu seu Projeto Ético-Político Profissional, que compreende as considerações éticas, políticas e profissionais de maneira mais específica que legitimam a formação e a profissão do Serviço Social na contemporaneidade, conforme o próximo item.

2.3 Formação profissional e o projeto ético-político do Serviço Social na contemporaneidade

O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está associado a um projeto de transformação da sociedade que se dá pela própria exigência que a dimensão política crítica que a intervenção profissional impõe. Considerando que:

Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos, como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica. As demandas (de classes, mescladas por várias outras

mediações presentes nas relações sociais) que se apresentam a nós manifestam-se, em sua empiria, às vezes, revestidas de um caráter mistificador, nem sempre revelando seus reais determinantes e as questões sociais que portam, daí que essas demandas devem ser processadas teoricamente. Tendo consciência ou não, interpretando ou não as demandas de classes (e suas necessidades sociais) que chegam até nós em nosso cotidiano profissional, dirigimos nossas ações favorecendo interesses sociais distintos e contraditórios. (TEIXEIRA e BRAZ, 2009, p.189-190).

O projeto ético político baseia-se no referencial marxista, assumindo uma postura em favor da classe trabalhadora, ou seja, expressa a perspectiva hegemônica impressa no Serviço Social Brasileiro (CFESS, 2012).

Conforme o pensamento de Behring e Boschetti (2008) pode-se afirmar que o projeto ético-político é resultado de um longo e coletivo processo de lutas e conquistas dado historicamente pela categoria profissional. São os princípios deste projeto que orientam a formação acadêmica e a atuação profissional como questões para a consolidação dos direitos na sociedade capitalista.

A nossa concepção de cidadania pressupõe instituir direitos que se pautem pelos seguintes princípios: universalização do acesso aos direitos, com superação da lógica contratualista do seguro social que ainda marca a previdência, de modo a fazer dos direitos uma via para a equidade e justiça social; qualificação legal e legitimação das políticas sociais como direito, pois só por esse ângulo é possível comprometer o Estado como garantidor da cidadania TELLES (1999) apud BEHRING, (p. 196, 2008)

O que dá sustentação ao projeto profissional que historicamente tem sido alimentado pela tradição marxista e pelo diálogo com outras matrizes analíticas é a perspectiva de um Serviço Social comprometido com as classes sociais e suas lutas que afirma a centralidade do trabalho e do trabalhador

O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social: tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p.104-5).

Sobre a consolidação do Projeto Ético-Político da profissão é preciso destacar, segundo Teixeira (2009, p.9), três componentes: “a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, as instâncias político-organizativas e a dimensão jurídico-política da profissão, os quais são componentes que possibilitam a visibilidade dos elementos constitutivos do Projeto Ético Político Profissional na realidade social”.

O que dá materialidade ao projeto ético político do Serviço Social é o Código de Ética Profissional/1993, a Lei de Regulamentação da Profissão - Lei n. 8.662/93 e as Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social – ABEPSS/1993. Contudo, a concretização do projeto se dá através da mediação dos/as profissionais no seu cotidiano de trabalho.

O que merece destaque é que o projeto profissional não foi construído numa perspectiva meramente corporativa [...] Ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais e dos trabalhadores especializados, o projeto profissional os ultrapassa, porque é histórico e dotado de caráter ético-político, que eleva esse projeto a uma dimensão de universalidade, a qual subordina, ainda que não embace a dimensão técnico-profissional. Isto porque ele estabelece um norte, quanto a forma de operar o trabalho cotidiano, impregnando-o de interesses da coletividade ou da “grande política”, como momento de afirmação da teleologia e da liberdade da práxis social (IAMAMOTO, 2012, p. 227).

Ao referir-se à produção de conhecimentos do Serviço Social como um dos componentes que “materializa” o projeto ético-político, Teixeira (2009) está se referindo ao acúmulo intelectual que a profissão tem obtido nos últimos 30 anos com a produção do conhecimento, tendo em vista que antes não se tinha um perfil “intelectual” na profissão (a concepção limitada à prática profissional como “saber fazer”/tecnicista); e que esta maioria intelectual só foi possível graças à aproximação com a tradição marxista, fruto do processo renovador/ movimento de reconceitualização/ perspectiva intenção de ruptura que possibilitou a profissão ir mais além dela mesma, investigando a realidade social na qual atua e produzindo conhecimento sobre ela, notadamente no âmbito das políticas sociais – mas que não se restringiu à elas.

Em relação “as instâncias políticos-organizativas” da profissão, diz respeito aos fóruns de deliberação da profissão, a exemplos do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social, CRESS (Conselho Regional de Serviço Social), a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), a ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social), os sindicatos, movimentos sociais e demais organizações de assistentes sociais.

E, como terceiro componente, “a dimensão jurídico-política” da profissão, a qual envolve um conjunto de leis e resoluções, como o Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/93) e as Novas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, da ABEPSS (1996).

Para que a prática profissional se estabeleça baseada nos princípios do Projeto Ético Político é necessário uma atuação sem discriminação de gênero, raça, etnia, cor, entre outros. Trazer valores que fundamentam um novo pensar para a profissão, colocar a ética como elemento constitutivo do trabalho do/a assistente social, propondo ao Serviço Social uma formação pautada na teoria social crítica, conforme assevera a autora:

Um desafio importante, nesta perspectiva de análise, é reconhecer que a profissão, como um tipo peculiar de trabalho, como forma de especialização do trabalho coletivo, tem uma dimensão política que lhe é constitutiva e que se expressa até no menor ato de nossa vida cotidiana. É nessa mesma perspectiva que devemos reconhecer, ainda, que a profissão tem significado sócio-histórico, recebendo impactos das transformações societárias, ao mesmo tempo em que produz, também, impactos nos processos sociais, na formulação de políticas e nos próprios padrões de intervenção profissional. (MARTINELLI, 2010 p. 121)

Nesse sentido, a profissão avançou na construção do seu projeto ético-político como marco principal deste processo de construção coletiva da categoria profissional, bem como no reconhecimento enquanto trabalhadores/as assalariados/as, na conquista da lei 2.317/10 na qual se obteve a conquista da carga horária semanal de trinta horas, sem redução salarial, avançou-se ainda na qualificação das competências profissionais na área da saúde, assistência, educação e na área sócio jurídica.

Vale salientar que mesmo com a aprovação da lei que reduz a jornada de trabalho semanal do/a assistente social brasileiro constituindo uma grande conquista para a categoria, surgem diversos obstáculos para a sua efetivação, como o desrespeito à lei por parte de instituições empregadoras e a necessidade de em determinados espaços os/as profissionais necessitarem requerer seu direito judicialmente, além do grande acúmulo de trabalho que sobrecarrega o profissional, já que a redução da jornada de trabalho não resultou em aumento no número de profissionais dentro de cada espaço sócio-ocupacional.

Isto nos mostra que o Serviço Social enquanto profissão também sofre os rebatimentos que são inerentes à classe trabalhadora, a intensificação e a elevação da carga de trabalho nos diferentes ramos de atividade e espaços sócio-ocupacionais dos/as assistentes sociais causam implicações sobre a saúde física e mental, podendo resultar, de acordo com muitos especialistas, em um novo

padrão de problemas saúde-trabalho, processo resultante das novas exigências do mercado de trabalho atualmente. Para Alves (2013, p. 128):

Uma das principais manifestações da precarização do trabalho no capitalismo global é o adoecimento da subjetividade do trabalho vivo sob as condições da ordem salarial. Muitas vezes quando se trata do tema da precarização do trabalho no capitalismo se faz referência ao salário e emprego ou ainda às condições de trabalho etc. Entretanto, considero que a manifestação candente da precarização do trabalho em nossos dias ocorre através das ocorrências de adoecimentos e doenças do trabalho, expressão candente do esmagamento da subjetividade humana pelo capital, a negação do sujeito humano-genérico pelos constrangimentos da ordem burguesa.

Nesse sentido, suas condições de trabalho são atingidas pelos ditames de precarização impostos pela estrutura do capital. Na concepção de Iamamoto (1993, p. 75), esse processo não se dá automaticamente e de forma linear. Ele se dá em um movimento divergente entre avanços e recuos, entre o progresso das lutas sociais, das condições sócio-históricas da sociedade e a forma como a profissão constitui seus princípios, e ainda assim possivelmente ocorrerá alguma discrepância entre o discurso de como se dá a profissão e o agir profissional.

Portanto, um dos principais desafios na atualidade é fortalecer o projeto ético-político da profissão, torná-lo realmente a base de orientação para o exercício profissional na contramão dos ditames do mercado, ou seja, das determinações do neoliberalismo. É um desafio na tensão entre o estatuto assalariado e o próprio Projeto Profissional.

Logo, não há uma identidade imediata entre a intencionalidade do projeto profissional e os resultados derivados de sua efetivação. Para decifrar esse processo, é necessário entender as mediações sociais que atravessam o campo de trabalho do/a assistente social (IAMAMOTO, 2012, p. 231).

A ponderação sobre a formação profissional exige uma longa e cuidadosa crítica, algo que vai muito além deste trabalho. Entretanto, não se pode deixar de articular as questões como à herança positivista presente em alguns programas e conteúdos ministrados nos cursos de Serviço Social, episódio que contraria a essência das Diretrizes Curriculares.

O fato é que conforme as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social determinam uma formação de profissionais críticos e conscientes do desempenho social que a profissão possui, essa se apresenta culturalmente, onde matizes positivistas e marxistas se esbarram colidem e, por mais que sejam incompatíveis,

trocam influências (NETTO, 1986, p. 54).

Diante o exposto, uma atuação profissional crítica requer que o projeto ético-político seja guia de uma formação de qualidade, baseada no tripé ensino-pesquisa-extensão, na realização de esforços coletivos que vão na contracorrente do atual projeto de ensino superior precário e mercantil.

Após os anos 1990 com o processo de reforma do Estado, no Brasil, o percurso realizado pela educação brasileira foi regulado por mecanismos e ideias neoliberais, baseado na retenção nos investimentos públicos na educação, impondo cada vez mais o processo de precarização e ampliação das instituições de ensino privadas, assim como o ensino à distância.

A reformulação da educação superior na década de 1990 está inserida em um processo mais amplo de reordenamento do papel do Estado na periferia do capitalismo, considerado como uma das principais estratégias da burguesia internacional para o enfrentamento da crise estrutural do capital. (LIMA, 2005, p. 129)

Na conjuntura do cenário brasileiro, especificamente, com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394, de 20/12/1996, nos deparamos com a materialização de um novo arranjo educacional que está articulado com a Reforma Universitária e com os interesses de organizações internacionais.

Diante dessa lógica a educação superior brasileira reforça a perspectiva mercantil e precarizada, pautada nos ditames neoliberais, em que:

[...] A educação [...] Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classe. Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução deste sistema (MÉSZAROS, 2005, p. 15).

A precarização do ensino superior causa sérios danos, ela impacta diretamente na formação crítica, no estágio supervisionado e no exercício da profissão que tem o compromisso com um projeto de formação profissional crítico e em conformidade ao projeto ético-político profissional, “pois estará baseada em uma formação profissional à distância, aligeirada, mercantilizada e, portanto, com poucas chances de concretizar o perfil de um profissional crítico e competente teórica, técnica, ética e politicamente” (PEREIRA, 2008, p.194).

As Diretrizes Curriculares para a formação profissional em Serviço Social (ABEPSS/1996) têm lutado por uma educação laica, pública e de qualidade,

prezando pelo tripé ensino, pesquisa e extensão.

A defesa da formação profissional de qualidade é uma das principais bandeiras de luta do Serviço Social brasileiro, principalmente por conta da expansão desenfreada e desmedida da educação superior sem qualidade, com fins lucrativos e à distância, ainda que não exclusivamente.

Esse contexto favorece a expansão da educação superior através da privatização e da modalidade de ensino à distância, reconfigurando o agir profissional do Serviço Social na conformação de uma gestão vinculada aos interesses do capital, um rebatimento para a formação profissional no qual o Ministério da Educação e Cultura (MEC), compactua deste processo incentivando a proliferação de cursos semi presenciais e à distância, mestrados profissionalizantes, mudança dos currículos mínimos por diretrizes curriculares flexíveis e cursos sequenciais.

Os impactos da precarização colidem, no caso do Serviço Social, com os princípios éticos de um novo projeto de formação profissional, construído pela categoria nos últimos tempos, legitimado como projeto ético-político da profissão.

Com isso, temos que a formação profissional na atualidade vem enfrentando desafios em consequência da nova lógica da educação superior regulamentadas pela LDB (1996), que estabeleceu um conjunto expressivo de mudanças na concepção e na operacionalização do ensino com a política de governo regulada numa perspectiva estratégica e de transformações nas relações sociais, produzindo nas universidades um modelo de gestão empresarial, estimulando a sua privatização, o que Chauí (1999) denomina de “universidade operacional” ou “universidade de resultados de serviços”. Assim,

O propósito foi o de compatibilizar o ensino superior com os ditames da financeirização da economia, fazendo com que as descobertas científicas e o seu emprego na produção se tornem meios de obtenção de lucros excedentes isso que justifica a orientação de submeter à universidade aos interesses empresariais (IAMAMOTO, 2008, p.433).

Portanto, tanto a formação como o exercício profissional não estão desvinculados das questões da totalidade da vida social. O quadro das mudanças societárias que temos vivenciado entre final do século XX e início do XXI são marcadas pela crise do capital (MÉSZÁROS, 2005) e isso se manifesta de várias maneiras no cotidiano dos indivíduos e da classe trabalhadora, no qual

experimentamos profundas modificações nas nossas condições materiais e subjetivas de existência.

É nesse cenário de transformações societárias do capital em crise que se pode compreender as mudanças no mercado de trabalho profissional, das quais apontaremos no capítulo a seguir.

3 CRISE CAPITALISTA, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E INFLEXÕES NO MERCADO PROFISSIONAL DE TRABALHO

No presente capítulo abordaremos com mais ênfase a crise do capital, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, bem como os impactos que refletem na formação, na atuação e quais são as e tendências do mercado de trabalho profissional nesse cenário.

As transformações impostas pelo neoliberalismo ajustadas à reestruturação produtiva apresentam determinações específicas na sociedade capitalista brasileira, gerando uma série de perdas de direitos para a classe trabalhadora e mudanças no mercado de trabalho.

Para Netto (2001, p. 77-78), o neoliberalismo provoca uma “argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável”. Deste modo, preconiza, em tese, o mercado livre, a liberdade econômica, civil e política.

3.1 Crise do capital e reestruturação produtiva

Do final da 2ª Guerra Mundial até o começo da década de 1970 do século XX, os países mais industrializados alavancaram, resguardando suas especificidades, o crescimento da economia com base num modelo de acumulação fordista/keynesiana no qual foi associado a uma maior sistematização da proteção social, o período marcado pelo chamado *Welfare State*¹⁸ ou Estado de Bem Estar Social.

Como resposta à crise global, o mundo do trabalho passou por um movimento de reestruturação produtiva através da mudança do modelo fordista-taylorista para o modelo toyotista, demarcado pela acumulação flexível e pelo “enxugamento” das fábricas. Em relação à crise deste padrão, Antunes afirma:

¹⁸ O Welfare State é investidor econômico, em parte regulador da economia e dos conflitos sociais, mas também “Estado benfeitor que procura conciliar crescimento econômico com legitimidade da ordem social” (LAURELL, 1997, p. 76)

A denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia [...] uma crise estrutural do capital, onde se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro [...]. Era também a manifestação [...] do sentido destrutivo da lógica do capital [...] presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias [...] começava também a desmoronar o mecanismo de regulação que vigorou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente da Europa (2003, p. 31).

Esse modelo se adequou às novas exigências do mercado, por permitir maior acumulação para o capital através da extração da mais-valia da classe trabalhadora, classe essa que faz parte do numeroso exército industrial de reserva¹⁹ que cresce a largos passos e que favorece a precarização das condições de trabalho, já que se algum trabalhador não aceitar determinadas condições, existem vários outros que se submetem a tal trabalho.

Essa propensão do capitalismo a crises, chamadas de crises cíclicas²⁰, torna-o predisposto a produzir fases repetitivas de superacumulação, estas se manifestam através do desemprego, da incapacidade produtiva, da mercadoria em abundância ou acúmulo de mercadoria, etc. São crises causadas por produção excessiva diante as imensas necessidades sociais que não atendidas como, por exemplo, o pauperismo²¹ em meio à abundância.

Para buscar superar essa crise, os grandes capitalistas definiram uma reorganização ideológica e política através da inserção do neoliberalismo que é um conjunto de ideias político-econômicas. Tais estratégias defendem a liberdade de mercado restringindo à intervenção estatal sobre a economia, a partir da privatização do Estado, reestruturação da produção e do trabalho, acompanhado de desregulamentação dos direitos do trabalho.

¹⁹ Essa população relativa ou exército industrial de reserva permanece sob as formas de população flutuante, que são os trabalhadores que ora são afastados e ora trazidos de volta pelo mercado de trabalho nos grandes centros industriais. A população latente é formada pelos trabalhadores que migram da zona rural para as cidades, em busca de trabalho em decorrência da repulsão. A população estagnada parte do exército industrial em atuação, mas em ocupações irregulares (Marx, 1979, p. 712-827).

²⁰ É imprescindível explicar a diferença entre uma crise cíclica e uma crise estrutural para que haja diferenciação nas leituras relacionadas a crise. Conforme Mészáros: “Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global” (2002, p. 797).

²¹ O pauperismo é considerado por Marx, como “o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva”. (Ver MARX, Karl. Op.cit. 1988b. p.747)

A crise de acumulação do capital caracteriza-se como crise endêmica e crônica, com a perspectiva de uma profunda crise estrutural (Mészáros, 2009). Manifestada através da crise do modelo de acumulação fordista-keynesiano e a consecutiva reestruturação do capital, cujos impactos afetam o setor produtivo, atingindo fortemente sobre o conjunto da vida social.

Perante a crise que se deu a partir da década de 1970 e início da década de 1980, o modelo fordista-keynesiano de acumulação do capital enfrentou uma crise marcada pela diminuição da produção industrial, pela intensificação do desemprego estrutural e pelo endividamento do setor público.

As contradições atuais enfrentadas pelo capitalismo mundializado evidenciam, como uma de suas dimensões mais problemáticas, a questão do “desemprego crônico” (MÉSZÁROS, 2009).

O desemprego concebe uma arma poderosa entre capital *versus* o trabalhador, através dele o capital impõe as condições da vida social da classe trabalhadora, fazendo com que suas exigências se conduzam cada vez mais para o domínio da reprodução de suas necessidades subexistenciais. É o que Mészáros (2002) chama de limite absoluto do sistema; o desemprego, a partir de 1970, torna-se estrutural e crônico²² (MÉSZÁROS, 2002).

O autor ainda explica que o desemprego se expressa como uma mazela que afeta toda a estrutura do sistema. Acrescenta ainda que, “sob essas circunstâncias, ativa-se a ‘explosão populacional’ sob a forma de desemprego crônico, como um limite absoluto do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 333).

Estamos presenciando, deste modo, uma perigosa ofensiva do capital a/os trabalhadores/as, o capital expelle muitos/as profissionais conforme sua conveniência, transformando grandes massas de homens/mulheres em supérfluos. Segundo Mészáros estamos diante de:

²² As problemáticas relativas à questão do “desemprego crônico” nos remetem a um fenômeno histórico posto pela relação-capital, cujas manifestações evidenciam uma contradição estrutural deste modo de produção. Tal contradição se reproduz como requisito inexorável para a viabilidade da própria dinâmica sociometabólica “orientada para expansão e movida pela acumulação” (MÉSZÁROS, 2009).

1) um desemprego que cresce cronicamente em todos os campos de atividade, mesmo quando é disfarçado como 'práticas trabalhistas flexíveis' – um eufemismo cínico para a política deliberada de fragmentação e precarização da força de trabalho e para a máxima exploração administrável do trabalho em tempo parcial; e 2) uma redução significativa do padrão de vida até mesmo daquela parte da população trabalhadora que é necessária aos requisitos operacionais do sistema produtivo em ocupações em tempo integral (Idem, 2002 p.342).

Para compreender como a crise econômica repercute no mundo do trabalho no Brasil é necessário retornar aos últimos anos da década de 1970, sobretudo o declínio da ditadura militar²³ e o período de transição à democracia, que coincidiu com a propagação do neoliberalismo e a flexibilização das relações trabalhistas.

A partir dos anos 1990 a ideologia neoliberal²⁴ chega ao Brasil e causa sérias desregulações direcionadas pelo Consenso de Washington²⁵ tornando-se categórico para o desenvolvimento de uma política econômica voltada para o lucro econômico em detrimento dos avanços sociais.

O neoliberalismo aparece na tentativa de conter a crise de acumulação, iniciada na década de 1970²⁶, e como repressor dos ideais socialistas, oriundos da teoria marxista, e social-democratas procedentes das ideias keynesianas, que se popularizavam tanto nos centros periféricos como nos centros capitalistas. Embora com objetivos radicalmente distintos, as duas teorias tinham métodos semelhantes à intervenção do Estado na economia.

A grande insatisfação com a ditadura militar resultou movimentos sociais populares com entidades democráticas e partidos políticos de oposição na luta que culminou em uma das maiores manifestações da história do país, as Diretas Já, em

²³ A Ditadura Militar no Brasil foi um regime autoritário que teve início com o golpe militar, em 31 de março de 1964, com a deposição do presidente João Goulart. O regime militar durou 21 anos (1964-1985), e estabeleceu a censura à imprensa, restrição aos direitos políticos e perseguição policial aos opositores do regime.

²⁴ Segundo Netto e Braz, "O que se pode denominar ideologia neoliberal compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de mercado)" (NETTO; BRAZ, 2006, p. 226).

²⁵ Consenso de Washington é a denominação dada ao plano único de medidas de ajustamento das economias periféricas, chancelado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial (BIRD), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo governo norte-americano em reunião ocorrida em Washington em 1989, quando inaugura a introdução do projeto neoliberal em mais de 60 países em todo o mundo (FIORI, 1995, p. 231-245)

²⁶ A crise de acumulação da década de 1970 provocou aumento do desemprego e altas taxas de inflação. Todas as classes sociais foram afetadas, umas mais, outras menos.

1984. Com uma proposta de governo nova, Fernando Collor de Mello foi eleito em 1989, empossado, o presidente confiscou os depósitos de poupança da população, iniciando um mandato polêmico teve um desfecho desastroso, culminando em um processo de impeachment em 1992, o que marcou o processo de redemocratização do país.

A Constituição Federal de 1988, a partir do final dos anos 1980 e nas décadas seguintes, foi modificada através de emendas constitucionais de perfil liberal. Ocorreram reformas que foram executadas durante os governos Collor, Itamar, FHC e Lula, todas essas gestões tinham em comum a essência da doutrina neoliberal.

A implantação do Plano Real, em 1993, e a eleição de Fernando Henrique Cardoso para o cargo de Presidente da República, em 01 de janeiro de 1995, representaram a estratégia necessária à constituição do modelo neoliberal na nossa sociedade. O ideário neoliberal prioriza o capital em detrimento do trabalho, o que ocasionou, no Brasil, rebatimentos como: privatização; terceirização; desregulação e flexibilização.

3.2 Contrarreformas no mercado de trabalho brasileiro e prevalência da precarização do trabalho

O Brasil passou por transformações societárias, vivenciadas a partir da segunda metade do século XX, sobretudo a partir da década de 1990, o que acarretou mudanças nas condições do exercício profissional do/a assistente social tais como: a incorporação de novas tecnologias, mudanças organizacionais e a aceleração nos ritmos de trabalho, ocasionando o aumento do índice de desemprego, subemprego, terceirizações, contratos precários de trabalho, entre outros (ANTUNES, 2000).

Essas transformações decorreram do governo do presidente Fernando Collor de Mello/Itamar Franco (1989-1993) e consolidaram-se no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Tais “transformações” consistiam em “reformas” orientadas para o mercado, as quais tencionavam encontrar “saídas” para a crise econômica e social, indicando problemas no âmbito do Estado brasileiro (BEHRING, 2003).

A desregulamentação do mercado de trabalho acentuou o desemprego e a pobreza, outro elemento que merece destaque nesse contexto, refere-se às

privatizações.

[...] houve a entrega significativa do patrimônio público ao capital estrangeiro, bem como a não obrigatoriedade das empresas privatizadas de comprarem insumos no Brasil, o que levou ao desmonte de parcela do parque industrial nacional e a uma enorme remessa de dinheiro para o exterior, ao desemprego e ao desequilíbrio da balança comercial, entre outros (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 153).

É importante frisar que no campo ideológico o neoliberalismo se impôs praticamente como pensamento único que vem sedimentando o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, afetando as relações entre o público e o privado entre estado e sociedade, cogitando indícios de privatizações tanto na área da educação como dos demais setores da sociedade.

Os ideários neoliberais vêm tendo consequências negativas no mundo do trabalho tendo como frutos os reajustes estruturais que rebatem diretamente na classe trabalhadora. A flexibilização do trabalho é uma estratégia para diminuir os gastos com as forças produtivas, dessa forma podemos observar o crescente aumento no trabalho informal e do processo de terceirização, enfraquecendo os movimentos sindicais e impedindo cada vez mais a luta por melhores condições de trabalho.

Segundo Netto, é necessário compreender este contexto de mudanças no mercado de trabalho, para fazermos uma reflexão sobre as possibilidades de desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, pois este período de transformações “afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades, etc” (NETTO, 1996, p. 87).

As alterações profissionais, assim, derivam da intrincada integração que se processa entre as transformações societárias, com seu rebatimento na divisão sociotécnica do trabalho, e o complexo (teórico, prático, político, e, em sentido largo, cultural) que é constitutivo de cada profissão. Complexo que, circunscrevendo um campo profissional particular, envolve – e isso deve ser afirmado enfaticamente, à base de verificação factual – tendências e orientações profissionais diferenciadas: no mundo contemporâneo, é ingenuidade supor profissões como blocos homogêneos e/ou identitários – praticamente todas estão vincadas por enorme diversidade, tensões e confrontos internos (NETTO, 1996, p. 89).

O capital, neste processo, passa a exigir um trabalhador superqualificado e/ou polivalente, que tenha capacidade de decisão requerida pelas novas tecnologias emergentes (ANTUNES, 2000). Esse discurso de inúmeras qualificações é o que gera alta rotatividade, alta informalidade, baixos salários e desemprego, pois estará

sempre disponível um exército industrial de reserva para atender as demandas que o capital impõe conforme suas regras.

Assim, o mundo do trabalho passa por profundas mudanças na suas reações, a denominada nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 2005) gerando insegurança e desproteção para a classe trabalhadora, pois as novas formas de contratação se dão através da terceirização, contratos temporários, ou contrato por um projeto específico, quando o trabalhador conclui é que recebe sua remuneração sem nenhum vínculo com o empregador, sem qualquer direito trabalhista assegurado, o que representa a baixa proteção social para a classe trabalhadora.

Portanto é nesse cenário que se aprofundam as desigualdades que assolam a sociedade, se expressando nas precárias relações e condições de trabalho, na redução e/ou perda de direitos com a contrarreforma do Estado e com os cortes de verbas do sistema de proteção social e das políticas sociais.

Partindo deste pressuposto e análise da perspectiva ideológica central do processo de contrarreforma do Estado respaldou-se na mercantilização das políticas sociais que aparecem cada vez mais focalizadas, seletivas e não arcam com os desprovimentos da sociedade.

Desse modo, nos anos 1990 inicia-se no Brasil um amplo retrocesso em relação aos direitos sociais conquistados e declarados na CF/1988, quando o desmonte do Estado brasileiro advirá através de reformas norteadas e monitoradas pelas organizações internacionais (Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional, Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas), com o apoio amplo da burguesia brasileira, como também dos políticos.

Esse processo de contrarreforma se configura como um dos preceitos do capitalismo. É nesse contexto que se insere a intensificação da mercantilização de políticas sociais – dentre elas, a Educação, a Saúde e a Previdência (PEREIRA, 2007, pg.185).

A reestruturação mundial do capitalismo rompeu com o compromisso social entre as classes, estimulando o processo de perda de direitos sociais, inclusive os direitos trabalhistas. Com o mercado de trabalho cada vez mais precarizado, a classe trabalhadora vivenciava formas antigas de trabalho não dispondo de garantias e direitos, adentrando fortemente no trabalho informal. Conforme explica

Iamamoto:

Esse processo de “modernização da produção” vem redundando, contraditoriamente, na recriação de formas de trabalho antigas, como o trabalho a domicílio, o trabalho familiar, o não reconhecimento de direitos sociais e trabalhistas e, fundamentalmente, um maior índice de desemprego estrutural (IAMAMOTO, 2008 p. 32)

Por isso é impossível falar sobre precarização do trabalho e não associá-la ao exército industrial de reserva, tendo em vista que este é estruturado como algo definitivo para os interesses do capital e que esta é sua norma. Nos escritos deixadas por Marx, está tudo muito explícito de como o capitalismo necessita do desemprego para funcionar.

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população (MARX, 1979, p. 712-827).

Em relação a esse ponto Marx observou que existe, no capitalismo, a “lei dos salários²⁷”, isto é, uma regra que é a seguinte: o sistema capitalista precisa de que haja incessantemente um exército de desempregados, de forma que os trabalhadores sem emprego estejam disponíveis e aceitem qualquer salário para dessa forma rebaixar as remunerações de quem está empregado.

Nesse contexto a existência de uma população trabalhadora excedente, a qual Marx define como uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva torna-se, ao mesmo tempo produto e requisito para a acumulação do capital e, até mesmo, para a existência do modo de produção capitalista, desta maneira o trabalhador é visto também como uma mercadoria, e “mercadoria em excesso se torna mais barata”.

As principais mudanças do mercado de trabalho no Brasil ocorreram a partir dos anos 1990 no século XX, com a atuação do neoliberalismo. Os efeitos da crise afetaram os processos de produção, reprodução e gestão da força de trabalho.

²⁷ Marx (1979) define essa lei acerca da variação de magnitude de preço da força de trabalho e mais-valia que se transformam por simples alteração de forma em leis do salário, o movimento geral dos salários é regulado pelo aumento e contração do exército industrial de reserva condizente com as mudanças periódicas do ciclo industrial.

Alguns destes problemas que se intensificam na contemporaneidade são: o desemprego, a precarização das relações de trabalho, exploração, baixos salários, etc.

O renascimento das propostas neoliberais [...] tem resultado no desemprego massivo, no corte dos gastos sociais, acompanhado de uma legislação anti-sindical e em um amplo programa de privatização dos órgãos do Estado. [...] O aprofundamento das desigualdades e a ampliação do desemprego atestam ser a proposta neoliberal vitoriosa, visto serem estas suas metas, ao apostar no mercado como a grande esfera reguladora das relações econômicas, cabendo aos indivíduos a responsabilidade de “se virarem no mercado” (IAMAMOTO, 2004, p. 34-35).

A consequência da flexibilização das relações de trabalho causa precariedade, terceirização da mão de obra²⁸, a informalidade, e a fragmentação dos movimentos sociais e sindicais, perda daquilo que assegurava ao trabalhador seus direitos adquiridos coletivamente e assegurados por lei.

As tendências do mercado de trabalho [...] indicam uma classe trabalhadora polarizada, com uma pequena parcela com emprego estável, dotada de força de trabalho altamente qualificada e com acesso a direitos trabalhistas e sociais e uma larga parcela da população com trabalhos precários, temporários, subcontratados, etc (IAMAMOTO, 2004, p. 32).

Tais configurações impactam diretamente no mercado profissional de trabalho, seja por sua ampliação, ocasionada pelo desenvolvimento das políticas sociais pós-88, seja por sua precarização, determinada pelos condicionantes diretos da reestruturação produtiva na atualidade, como veremos a seguir.

²⁸ Conforme extração de dados do IPEA (2015), fizemos um comparativo dos anos 1992 o primeiro ano de análise de dados que consta no site e também dentro do contexto neoliberal até o ano de 2012 que é a última atualização que o site dispõe. Em 1992 os trabalhadores com carteira assinada totalizavam 17.430.518, os empregados públicos ou militares somavam 6.588.429, já os empregados sem carteira assinada totalizavam 41.133.667. Em 2012 os trabalhadores de carteira assinada representam 36.912.144, os empregados públicos ou militares 9.165.252 e os empregados sem carteira assinada 48.635.490.

3.3 Tendências atuais do mercado de trabalho do/a assistente social e particularidades dos espaços sócio-ocupacionais em Sousa-PB

As configurações contemporâneas do mercado de trabalho do/a assistente social têm como determinações as metamorfoses sofridas pelo mundo do trabalho a partir da crise do capital e as incidências da reestruturação produtiva na realidade brasileira, no qual se reconfigura antigos espaços de trabalho e se abre um leque de novas inserções sócio-profissionais.

O/a assistente social inserido no mercado de trabalho dispõe de uma relativa autonomia ao gozar das prerrogativas que estão presentes nas profissões liberais como a singularidade da relação com os seus usuários, que por sua vez se pressupõe a partir da compra e venda da sua força de trabalho pelos diferentes empregadores. São estes empregadores que especificam as diretrizes da intervenção profissional, distinguindo quais demandas a serem atendidas, delineando, assim, o seu espaço de atuação. Como consequência desta questão, podemos destacar ainda conforme lamamoto (2008) a “dificuldade da materialização dos princípios éticos nesses espaços de trabalho”, pois esses profissionais não dispõem de condições objetivas para a operacionalização da sua intervenção, porém se faz imprescindível que disponha de condições subjetivas (qualificação profissional) para mediar e viabilizar os direitos da população usuária.

Avista-se, sobretudo a partir dos anos 1990, a ampliação do mercado de trabalho do/a assistente social, constituído a partir das mudanças na estruturação das políticas sociais pós CF-88, assim como se impõe novas demandas postas pelo recrudescimento das expressões da “questão social”.

É sabido que atualmente – assim como historicamente - o maior empregador do/a assistente social no Brasil é o Estado, nas esferas federais, estaduais e municipais. Mas os assistentes sociais também são contratados por empresas, ONGs e ainda podem trabalhar como profissionais liberais²⁹ desenvolvendo projetos sociais e consultoria, desta forma possibilita a ampliação do mercado de trabalho em Serviço Social, apesar da assessoria e consultoria serem pouco exploradas no nordeste.

²⁹ No código de ética profissional do assistente social aprovado em 08 de maio de 1965, em seu art. 1º define-se que o Serviço Social constitui o objeto da profissão liberal de assistente social, de natureza técnico - científica e cujo o exercício é regulado em todo o território nacional pela Lei nº 3.252 de 27-08-1957, cujo Regulamento foi aprovado pelo Decreto nº 994, de 15/05/1962.

O CFESS realizou uma pesquisa identificando o perfil do/a assistente social nesses espaços. A pesquisa “Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional” foi realizada no ano de 2004 e publicada em maio de 2005 em edição impressa³⁰ (CFESS, 2005).

A pesquisa aponta que grande parte das (os) profissionais (77,19%) possui apenas um vínculo empregatício, porém a ausência de vínculos aparece em segundo lugar (11,74%), o que é um indicador de não-inserção no mercado de trabalho

De acordo com os dados da pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2015) no mercado de trabalho dos assistentes sociais³¹ no Brasil e com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), no ano de 2013, o número de Assistentes Sociais ocupados³² era de 204.747. Para critérios de comparação da evolução, em 2004 o número de assistentes sociais era de 96.535, ou seja, em um intervalo de 10 anos o número mais que dobrou, muito acima do crescimento verificado no mercado de trabalho como um todo.

Esse crescimento é explicado através do processo de ampliação das políticas sociais no Brasil, mas também da descentralização dessas políticas, o número de assistentes sociais cresceu mais que a média da ocupação no país, no emprego assalariado formal no setor público municipal.

Os dados da pesquisa nos mostram que enquanto em 2004 36,0% dos/as assistentes sociais atuavam junto ao poder público municipal, em 2013 este percentual cresceu para 52,1%. Assim, a maior parte do crescimento do número de assistente social atuantes entre 2004 e 2013 se deu neste ramo de atividade, sendo responsável por mais de 66% do total do aumento do número de assistentes sociais ocupados no país (DIEESE, 2015).

A pesquisa também mostra dados sobre a distribuição dos/as assistentes

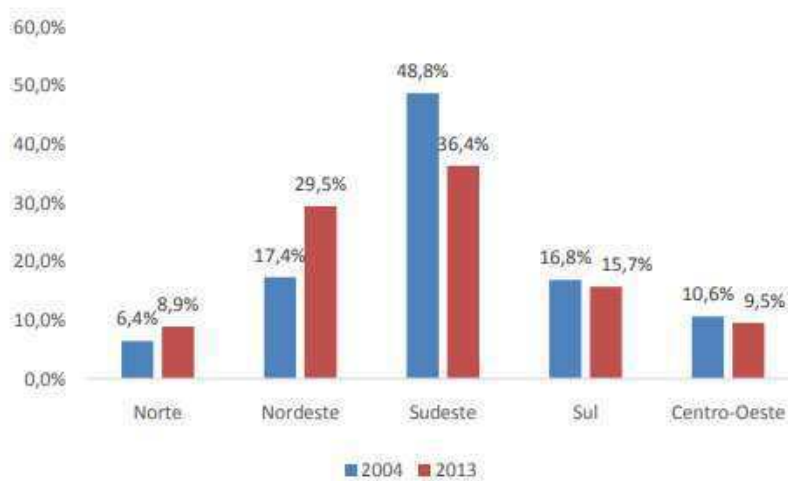
³⁰ Para mais detalhes sobre a pesquisa realizada pelo CFESS em parceria com a UFA, recomendamos a leitura através do seguinte link: http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf

³¹ Para este estudo, tanto na utilização de dados da PNAD-IBGE como da RAIS-MTE, foi considerado a CBO de código 2516 – ASSISTENTES SOCIAIS E ECONOMISTAS DOMÉSTICOS. Dada a natureza dos dados, não foi possível desagregação maior das ocupações.

³² A utilização dos termos “ocupados/ocupação” foram utilizados conforme constam nas pesquisas de levantamentos estatísticos sobre o mercado de trabalho dos assistentes sociais.

sociais por região no Brasil. No Sudeste, em 2004, 48,8% dos/as assistentes sociais estavam ocupados, em 2013 teve expressiva desconcentração na ocupação caindo para 36,4%, isso aconteceu no processo de expansão das políticas públicas e do crescimento do terceiro setor³³. Parte desta desconcentração ocorreu principalmente devido ao crescimento no Nordeste, que passou de 17,4% em 2004 para 29,4% em 2013. No geral, ocorreu crescimento no número de assistentes sociais no Norte e no Nordeste, com queda nas demais regiões, sendo mais evidente na região Sudeste, conforme pode ser observado na imagem a seguir:

Distribuição dos assistentes sociais por região do país, Brasil, 2004 e 2013, em % do total.



Fonte: Microdados PNAD, anos selecionados.
Elaboração: Subseção DIEESE CUT/Nacional.

Na Paraíba conforme a pesquisa foi identificado um total de 1.631 assistentes sociais inseridos/as no mercado de trabalho, o que representa 2,4% da inserção total, sendo 90,1% inseridos na esfera pública e 9,9% no setor privado.

Diante o exposto, visamos percorrer um caminho para compreender a realidade de Sousa/PB, a fim de identificar os espaços sócio-ocupacionais dos/as assistentes sociais e como a força de trabalho na microrregião do alto sertão da Paraíba vem sendo absorvida. Para tal, faz-se necessário uma breve explanação

³³ O terceiro setor surgiu diante dos processos de desestatização, desregulamentação e privatização, ocorridos no Brasil, principalmente no período neoliberal, é formado por ONGs onde atuam também assistentes sociais.

sobre a cidade que hoje é conhecida como a Cidade Sorriso³⁴.

Localizada na parte árida do estado da Paraíba, mais precisamente no alto sertão, o município de Sousa tem uma história centenária que atrai pesquisadores de todas as partes do Brasil e do mundo³⁵. O cultivo de terra é praticado até os dias atuais, mas o município possui uma economia bastante diversificada, onde predomina a atuação do comércio e de indústrias.

Com uma população de 65.803 habitantes conforme a o último censo do IBGE em 2010, a população estimada em 2018 é de 69.161 habitantes. A população urbana é de 51.881 o que corresponde a 78,84% do total, a população rural é de 13.922 e equivale a 21,16% do total. A cidade tem como atributo principal os costumes sertanejos³⁶. Além disso, preserva memórias religiosas e mantém construções históricas, edificadas desde sua fundação, em seus 738,547 km² de extensão³⁷.

De acordo com dados da PNUD, IPEA e FJP a renda per capita média de Sousa cresceu 160,87% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 170,13, em 1991, para R\$ 289,34, em 2000, e para R\$ 443,81, em 2010. O que corresponde a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 5,18%. A taxa média anual de crescimento foi de 6,08%, entre 1991 e 2000, e 4,37%, entre 2000 e 2010.

³⁴ A expressão “Cidade Sorriso” atribuída à cidade de Sousa, nasceu de uma homenagem do político paraibano, Alcides Carneiro, quando este concorreu ao governo do Estado em 1947. Conhecido como excelente orador e dotado de um discurso capaz de sensibilizar o grande público, em um comício de campanha realizado aqui na cidade de Sousa, Alcides Carneiro deu início a sua fala cumprimentando a população da cidade com: “minha querida Sousa, CIDADE SORRISO, banhada pelas águas cristalinas do Rio do Peixe!”. A expressão e elogio foram tão bem recebidos pelo povo e pelos políticos presentes que passou a ser usada desde então tornando-se termo usual a todos que se referem a nossa cidade. Em sua fala, Alcides Carneiro exaltava a hospitalidade, o carisma, a alegria e a gentileza do povo da nossa terra que sempre o recebeu de braços e sorriso abertos.

³⁵ Devido o turismo no Vale dos Dinossauros que é reconhecido mundialmente, é o sítio paleontológico referencial em pegadas fossilizadas, para pesquisadores, turistas, estudantes, ecologistas do Brasil e de outros países.

³⁶ São costumes que perduram até os dias atuais, como por exemplo: Cantoria e poesia nos velórios, levar os bebês na benzedeira, festas de vaquejada, produção de artesanato como bordados, fuxicos e retalhos, etc.

³⁷ Sousa reserva aos seus visitantes locais inesquecíveis e que são um marco histórico. A região ficou famosa por abrigar vestígios de no seu enorme sítio arqueológico, “o Parque dos Dinossauros”, onde podem ser vistas pegadas, trilhas, fósseis e vestígios dos animais pré-históricos. Outra atração local é o distrito de São Gonçalo, que faz parte da cidade e além de proporcionar uma beleza natural do açude o lugar oferece restaurantes com comidas típicas, um por do sol inesquecível e a famosa água de coco da região, o que tem se tornado escasso diante a seca castigante que predomina essa região. Existem outros pontos turísticos religiosos que também são destaques em Sousa. A cidade tem a Praça do Milagre, criada em respeito ao milagre eucarístico de 1814 e a Estátua do Frei Damião, construída em homenagem ao frade que visitava constantemente a região.

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 65,78%, em 1991, para 44,24%, em 2000, e para 24,19%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do índice de Gini, que passou de 0,56, em 1991, para 0,57, em 2000, e para 0,54, em 2010.

De acordo com o IBGE (2016) o salário médio mensal dos trabalhadores formais da cidade de Sousa é de 1,6 salários mínimos. O Pessoal ocupado totaliza 10.243 pessoas o que significa 14,8% da população. O percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo (2010) 44 %.

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 57,26% em 2000 para 58,80% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 13,94% em 2000 para 9,65% em 2010. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010] é de 0.668, o PIB per capita [2015] é de R\$ 14.149,90.

Em 2010³⁸, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 16,77% trabalhavam no setor agropecuário, 0,10% na indústria extrativa, 8,17% na indústria de transformação, 7,86% no setor de construção, 1,26% nos setores de utilidade pública, 21,71% no comércio e 41,39% no setor de serviços.

Feita essa breve caracterização da cidade, procuramos adentrar nos espaços sócio-ocupacionais dos/as assistentes sociais, a fim de compreender a demanda da cidade bem como a quantidade e tipos de vínculos empregatícios. Para melhor apreensão desenvolvemos uma tabela com os respectivos órgãos e quantidade de assistentes sociais inseridos atualmente.

Iniciamos pontuando os cargos da esfera federal onde o levantamento de dados foi feito através de visita institucional. Ressaltamos que para atuar nas instituições federais e do poder judiciário é necessário ser aprovado em concurso público e o regime é estatutário.

³⁸ Correspondem ao ano mais atualizado nos dados de pesquisa do IBGE, PNUD, IPEA e FJP.

Tabela 01: Esfera Federal - Ano de 2018

INSTITUIÇÃO	QTD ASSISTENTES SOCIAIS	VÍNCULO
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	02	Efetivo/Estatutário
Instituto Federal de Tecnologia da Paraíba (IFPB)	02	Efetivo/Estatutário
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	01	Efetivo/Estatutário

Fonte: Elaborado pela autora

No âmbito do setor judiciário podemos observar que na Justiça Federal não existe assistente social, devido a ausência desta profissão em tal órgão, identificamos a partir da realização do estágio supervisionado que as maiores demandas que os/as profissionais do CREAS recebem são as solicitações que a própria Justiça envia, nas quais muitas vezes gera o acúmulo de trabalho tendo em vista que apenas um/a assistente social não consegue dar conta de atender o município e das demandas que chegam da instituição federal.

No que diz respeito à esfera estadual, fizemos o levantamento de dados no site do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba através do Sagres Online.³⁹ Sendo possível constatar que os/as profissionais podem ser inseridos tanto através de concurso publico onde se tornam efetivos com a aprovação, quanto através de cargos comissionados que são ocupados de forma temporária.

Tabela 02: Esfera Estadual - Ano de 2018

INSTITUIÇÃO	QTD ASSISTENTES SOCIAIS	VÍNCULO
Secretaria de Saúde – Hospital Regional de Sousa	06	Efetivo
Secretaria de Saúde – Hospital Regional de Sousa	06	Temporário
Secretaria de Educação	02	Efetivo
Tribunal de Justiça da Paraíba	01	Efetivo/Estatutário

Fonte: Elaborado pela autora

Em relação à esfera municipal, o procedimento utilizado para coleta de dados foi igual ao do âmbito estadual, o mesmo site fornece essas informações. Apesar da tabela resumida, existem vários espaços de atuação dentro de cada secretaria, na assistência social, por exemplo, os assistentes sociais podem atuar nos órgãos como CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, SCFV.

³⁹Site utilizado para pesquisa dos cargos estaduais e municipais em serviço social na cidade de Sousa/PB <https://sagres.tce.pb.gov.br/pessoal01.php>

Tabela 03: Esfera Municipal - Ano de 2018

INSTITUIÇÃO	QTDE ASSISTENTES SOCIAIS	VÍNCULO
Fundo Municipal da Saúde de Sousa	07	Efetivo/Estatuário
Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	05	Temporário
Secretaria de Assistência Social	06	Efetivo/Estatuário
CAPS I e II	02	Efetivo/Estatuário

Fonte: Elaborado pela autora

Já relacionado às empresas privadas, identificamos através das visitas institucionais, que mesmo existindo na nossa cidade grandes indústrias e várias empresas de grande porte⁴⁰, apenas uma delas contratou o trabalho dos/as profissionais de serviço social.

Tabela 04: Esfera Privada - Ano de 2018

INSTITUIÇÃO	QTDE ASSISTENTES SOCIAIS	VÍNCULO
Laticínio Belo Vale – Isis	01	CLT

Fonte: Elaborado pela autora

Após breve caracterização destes espaços de trabalho em Serviço Social, observamos que no setor privado a inserção de assistentes sociais ainda é mínima, embora a cidade possua grandes empresas e indústrias. Esse resultado não difere do âmbito nacional, conforme dados da pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) no mercado de trabalho dos/as assistentes sociais onde 66,7% dos/as assistentes sociais estavam empregados no setor público e 33,3% no setor privado.

No que se refere à educação, apesar da importância e necessidade da atuação de assistentes sociais, os dados nos mostram que é um espaço com poucas oportunidades na nossa cidade, nenhuma escola pública ou privada possui assistentes sociais no seu quadro de funcionários. Esse cenário provavelmente só irá mudar caso o projeto de lei n.º 3688/2000 que dispõe sobre a inserção de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola seja aprovado.

Em relação aos/as assistentes sociais inseridos no Terceiro Setor na cidade

⁴⁰Conforme dados da agenda da Cidade, ano 2014, Sousa possui 263 indústrias de pequeno, médio e grande porte. Entre elas as maiores são: Laticínio Belo Vale, Laticínio santo Expedito, Dino Coco, Sorvetes Flor de Lis, Sorvetes Mareni, Café Frei Damião, Itaipava, Dinoplast. Possui também grandes empresas como a Lojas Americanas, Lojas Bugary, Lojão Rio do Peixe, Armazém Paraíba, Magazine Luiza, Sousa Eletromóveis, etc.

de Sousa, estes/estas atuam em instituições filantrópicas como abrigo de idosos, portanto são funcionários/as contratados pela prefeitura e cedidos para essas instituições, tendo em vista que as mesmas funcionam pela filantropia e os recursos que recebem não são suficientes para pagamento do salário dos/as assistentes sociais.

A seguir, analisaremos o mercado de trabalho dos assistentes sociais, especificamente na cidade de Sousa no Alto Sertão da Paraíba/PB, fruto do curso de Serviço Social na UFCG Campus Sousa, ou seja, compreender como essa expansão dos cursos de serviço social tem gerado uma absorção pelo mercado de trabalho na cidade.

4 TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL NO ALTO SERTÃO PARAIBANO: uma análise do perfil sócio-ocupacional dos/as egressos/as do curso de Serviço Social da UFCG

Neste capítulo iniciaremos realizando uma breve relação entre expansão do mercado de trabalho profissional e a interiorização/massificação do ensino superior e expansão e a democratização da educação superior, foi pensada, para atender a formação de mão de obra para o mercado de trabalho.

4.1 Expansão, interiorização e privatização da educação superior no Brasil e seus rebatimentos no Serviço Social

A expansão do ensino superior no Brasil é um processo que está diretamente ligado às contrarreformas do Estado. As ações do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC 1995-2003) causaram mudanças na educação através da consolidação do projeto neoliberal, através da adoção da agenda preconizada pelos organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Foram iniciados processos da expansão do ensino superior como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento do Ensino Superior (FIES) que beneficiaram a rede privada com investimentos que deveriam ser destinados às instituições públicas, assim essa expansão predominou na iniciativa privada, o que abriu também o precedente para as privatizações e a massificação através do Ensino à Distância (EAD).

Durante os governos do PT, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), dão seguimento, de modo diversificado, à agenda de contrarreformas iniciadas por Fernando Henrique Cardoso pelas quais educação perpassa por dois pontos: a diversificação das instituições⁴¹ responsáveis pelo ensino e a diversificação das fontes de financiamento pela qual expande as esferas públicas e privadas.

⁴¹ O Decreto 2.306/19974 aprovou a diversificação institucional no ensino superior, no qual possibilitou a oferta de ensino superior em universidades, faculdades, centros universitários institutos e escolas superiores, e regulou a expansão da educação superior pela via não-universitária. Esta nova normatização da educação superior viabilizou sua grande expansão, principalmente nas instituições privadas.

A partir deste período os principais mecanismos para o acesso ao ensino superior no âmbito das universidades públicas foram: o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁴², implantação do Sistema de Seleção Unificada (SISU)⁴³ e a Política de Ações Afirmativas⁴⁴.

Quanto aos investimentos no âmbito do setor privado: o Fundo de Financiamento do Ensino Superior (FIES)⁴⁵, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI)⁴⁶ e ainda o Ensino a Distância (EAD) que atua de forma mais intensa nos setores privados, mas possui algumas instituições públicas adeptas a essa modalidade. Lima (2007) aponta que todas essas legislações tiveram o objetivo de expandir o ensino superior no Brasil seja no campo público ou privado.

Conforme o Censo da Educação Superior do INEP (2016) das 2.407 IES brasileiras, 2.111 são privadas e apenas 296 são públicas. Ou seja, 87,7% das IES são de categoria administrativa privada. Um exemplo claro disso é o investimento deste governo no FIES como principal estratégia para a massificação da educação superior e, por isso, legitima o sucateamento planejado e sistemático das universidades públicas (LEHER, 2010).

Já em relação às matrículas dos/as alunos/as/as, houve um aumento de 2006 a 2016 de 7,2% nos cursos de modalidade EaD, enquanto as matrículas em cursos na modalidade presencial diminuíram 1,2% conforme mostram os dados do Censo da Educação Superior do INEP (2016)

⁴² O REUNI, foi instituído pelo Decreto nº 6.096 de 2007 conforme as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência no ensino superior. O programa estabelece o aumento da relação professor por aluno e o aumento do número de vagas nas universidades.

⁴³ O SISU é regulado pelo Ministério da Educação, pelo qual instituições públicas de ensino superior ofertam suas vagas para candidatos através do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Os/as candidatos/as são selecionados através das melhores notas dentro do número de vagas.

⁴⁴ A política de cotas foi aprovada através da Lei nº 12.711/2012 e garante cinquenta por cento das vagas das instituições de ensino superior públicas federais para alunos/as que estudaram o ensino médio todo em escola pública ou da educação de jovens e adultos e outros cinquenta por cento permanecem para ampla concorrência.

⁴⁵ O programa teve início em 1999, foi modificado em 2007, no qual amplia-se o número de vagas acrescentando o período de carência e facilitando a burocracia a respeito da documentação. O programa de financiamento estudantil (FIES) é exclusivo para cursos de graduação no ensino superior privado para estudantes que, entre outras condicionalidades, não possuam condições de arcar com as despesas das mensalidades.

⁴⁶ O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi institucionalizado pela Lei nº 11.096/2005 e tem como finalidade doar bolsas de estudos na modalidade integral ou parcial em cursos de graduação nas faculdades privadas. A seleção dos alunos/as se dá por meio da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio e está voltado para os estudantes oriundos de escola pública ou da rede privada na qualidade de bolsistas integrais, com rendimento familiar per capita máximo de até três salários mínimos. As instituições que aderirem ao programa serão isentas de tributos.

Os dados acima evidenciam que embora o número de matrículas seja maior nos cursos de modalidade presencial (6.554.283), as matrículas nos cursos na modalidade EaD⁴⁷ (1.494.418) vêm crescendo a cada ano, dimensionando quantitativamente a massificação presente no processo de expansão do acesso à educação superior no Brasil.

O Decreto número 5.622, de 19 de dezembro de 2005 define que o diploma de graduação obtido na modalidade à distância tem a mesma validade que aquele obtido na presencial (BRASIL, 2005). Nesse período, o Governo Federal passa a estimular a abertura de mais vagas para o ensino superior à distância, com ênfase nos cursos da área de ciências humanas e sociais. Este decreto 5.622 também se reafirma no governo de Dilma Rousseff (2011-2016)

Em dados mais recentes, o Censo da Educação Superior do ano de 2013 demonstra quantitativamente os últimos resultados apresentados do que consta o número de Instituições de Educação Superior (IES) e matrículas de graduação, ingressos por modalidade presencial e à distância, se expandiram entre Centros Universitários, Faculdades e Institutos/Centros de ensino técnico, que totalizam 2.196 instituições (92%), enquanto existiam no ano 2013 apenas 195 universidades.

Além da expansão houve uma interiorização do ensino superior, tanto nas universidades públicas como privadas. A meta do plano de governo era trazer a interiorização dessas instituições. De acordo com o MEC um dos objetivos do REUNI é promover o desenvolvimento de cidades populosas⁴⁸, mas que não são tão desenvolvidas economicamente.

No caso específico do curso de Serviço Social, esta tendência de expansão e interiorização também se afirmou, e de acordo com dados coletados do sistema E-MEC, especialmente após a criação do REUNI em 2007.

Iamamoto (2008) informa existiam no país 253 cursos de Serviço Social, sendo 207 IES privadas, o que corresponde a 82% do total e apenas 46, ou 18% pública. A expansão veio seguida da ampliação do ensino a distância, que hoje é responsável pela oferta de 30% do total de vagas ofertadas, contra 70% na

⁴⁷ A educação à distância está definida no artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB9, 9.394/96). Através do Decreto 2.494/1998 foi regulamentada com alterações nas regras para autorização e reconhecimento de cursos pelo MEC.

⁴⁸ Para mais informações, acessar: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>

modalidade presencial. Os cursos à distância, de acordo com a autora, foram responsáveis, até o ano de 2008, por 9.760 vagas para formar Assistentes Sociais no país.

Apesar dos dados mostrarem que a expansão e interiorização dos cursos de Serviço Social são mais expressivos nas instituições privadas e no ensino à distância, devemos destacar que houve um aumento significativo nas instituições públicas de ensino de acordo com os dados do E-MEC⁴⁹. No nordeste, destaca-se a criação especialmente dos cursos instituídos na Bahia, estado nordestino que não tinha nenhum curso público de Serviço Social.

O curso de Serviço Social em Sousa é justamente um destes cursos, fruto do REUNI, visto como um avanço no acesso a universidade, principalmente aos filhos da classe trabalhadora que vivem fora dos grandes centros urbanos, onde se inseriam quase que exclusivamente as IFES.

No entanto, o processo de expansão do ensino superior no Brasil evidencia um caráter privatista e de disfarce no discurso da democratização, tendo em vista, que esta expansão não foi apenas para favorecer o acesso da classe trabalhadora à educação superior, mas, antes de tudo, para atender algumas determinações do capital de massificar a quantidade de trabalhadores especializados para rebaixar seus salários e diminuir seus direitos trabalhistas, devido a grande quantidade de força de trabalho formada/especializada seja no serviço social como em outras profissões.

4.2 Alto sertão paraibano e mercado de trabalho profissional: perfil da inserção sócio-ocupacional dos/as egressos/as do curso de Serviço Social da UFCG

Para compreender os determinantes mais gerais da expansão da oferta de cursos de Serviço Social e da ampliação do mercado de trabalho profissional na região que iremos discutir, é necessário compreender algumas particularidades

⁴⁹ Conforme dados levantados pelo sistema do Ministério da Educação – e-MEC e dos principais resultados do Censo da Educação Superior, os cursos públicos de Serviço Social criados no período de 2003 a 2016, nas seguintes IES da região Nordeste foram: Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em Palmeira dos Índios/Alagoas; Universidade Federal da Bahia (UFBA) em Salvador/Bahia; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em Cachoeira/Bahia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) em Iguatu/Ceará; Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) em Sousa/Paraíba; e Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Serra Talhada (FACHUSST) em Serra Talhada/ Pernambuco.

sócio-econômicas que configuram o seu desenvolvimento.

A Paraíba é um dos 27 estados da federação, localizada na região nordeste do Brasil, sua população no último censo do IBGE em 2010 foi de 3.766.528 pessoas com população estimada até 2018 de 3.996.496 pessoas. Possui um índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.658⁵⁰. O IDH é uma medida desenvolvida pela ONU (Organização das Nações Unidas) com a finalidade de avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população, como indicadores sobre educação, longevidade e renda.

No que diz respeito ao mercado de trabalho na Paraíba, o rendimento mensal domiciliar *per capita* é de R\$ 928,00 (CENSO IBGE, 2016), existiam 1.744 pessoas de 16 anos ou mais ocupadas na semana de referência.

A proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas as ocupadas no período de referência, foi de 39,3 %; a proporção das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas no mesmo período de referência em trabalhos informais, foi de 45,0 %.

O rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais é de R\$ 1.874,00, o pessoal ocupado na Administração Pública, Defesa e Seguridade Social contabiliza o total de 239.784 pessoas.

Quanto ao mercado de trabalho dos/as assistentes sociais na Paraíba, até o ano de 2013 existiam 2,4%, ou seja, 1.631 profissionais formais empregados/as, na esfera pública a atuação chega a 90,1% enquanto na privada 9,9%. (DIEESE/CUT-NACIONAL, 2015).

Nesse sentido, para compreender a tendência do mercado de trabalho do/a assistente Social especificamente no Alto Sertão Paraibano, fizemos a coleta de dados com a turma egressa do ano de 2015 do curso de Serviço Social no campus da UFCG –Sousa.

⁵⁰ Essa taxa indica que a Paraíba está com um nível médio de desenvolvimento já que está entre 0,500 e 0,799, Já países com IDH alto desenvolvimento humano possui a taxa superior a 0,800, para baixo desenvolvimento humano considerar a taxa 0,499

Optamos por pesquisar a turma que concluiu no ano de 2015⁵¹, composta por 38 alunos/as⁵². De acordo com esse lapso de tempo, passados quase três anos de conclusão de curso, é possível visualizar melhor sua inserção no mercado de trabalho.

Levando em consideração que no ano de 2015 deu-se início a um processo de acentuação de ajuste fiscal⁵³ por parte do governo federal, no qual consistiu em cortar despesas do governo e realizar contrarreformas em algumas políticas⁵⁴ sinalizou-se também que este pode ser um dado a ser constatado, no qual podemos verificar, ainda que transversal e preliminarmente, alguns dos seus impactos na realidade específica do alto sertão paraibano a respeito do mercado profissional de trabalho.

Sob o fundamento do ajuste fiscal e aumento do superávit primário, o governo federal restringe direitos da classe trabalhadora resguardando os interesses do livre mercado e da acumulação capitalista. A estratégia é manter um padrão de acumulação que, conforme Netto e Braz (2007, p. 212), propõe-se “reverter à queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho” que se expressa nos mais variados níveis de precarização e cortes.

Dos/as 38 alunos/as graduados/as em 2015, conseguimos aplicar o questionário com 30. As questões objetivaram colher dados em torno de pontos como: Satisfação com a formação, inserção no mercado de trabalho como/a assistente social, jornada de trabalho, vínculo contratual, média de rendimentos

⁵¹ Esta foi a segunda turma que se formou em turma formada do curso de Serviço Social na UFCG Campus Sousa. O curso possui carga horária de 3000h e a duração de 04 anos, dispõe de 50 vagas que são ofertadas anualmente e funciona apenas no turno matutino. As vagas são disponibilizadas pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) e os candidatos são selecionados conforme a nota do ENEM dentro do número de vagas estabelecido.

⁵² A referida turma iniciou com o total de 50 alunos/as. Ao decorrer dos períodos é notório que ocorre evasão de parte destes alunos/as que tem se dado por vários motivos como: Não adaptação ao curso, mudança de curso, dificuldade de permanência na universidade, reprovação em algumas disciplinas e conseqüentemente atraso na formação, trancamento por motivos de saúde e problemas pessoais, etc.

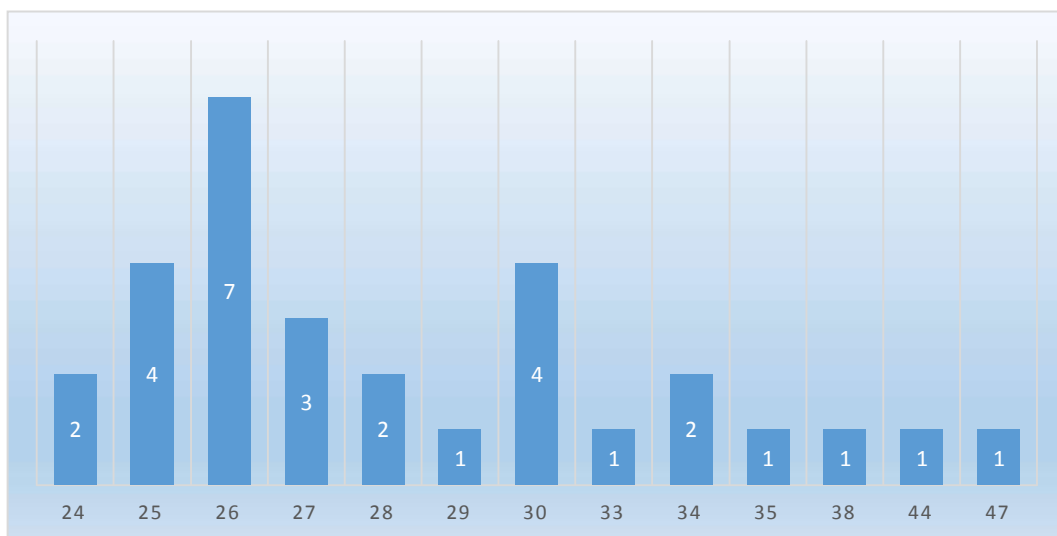
⁵³ Para maiores informações sobre o ajuste fiscal de 2015 recomendamos leitura do PLN 5/2015 disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122481>

⁵⁴ As contrarreformas nas políticas sociais trouxeram danos para a classe trabalhadora. A Medida Provisória 665/14 traz as exigências do ajuste fiscal imposto pelo governo Dilma Rousseff. O texto muda as regras e dificulta o acesso a benefícios trabalhistas, como seguro-desemprego e o abono salarial. As mudanças possuem caráter excludente, dificultando o acesso da classe trabalhadora aos seus direitos e benefícios. A Medida Provisória 664/14, muda as regras de pensão por morte, impondo carências e tempo de recebimento conforme a faixa de idade do beneficiário.

bruto mensal, condições de trabalho, formação continuada, bem como analisar os dados dos/as egressos/as que não estão atuando na área do Serviço Social e tentar compreender minimamente esses determinantes.

Começamos nossa análise a partir de uma identificação mais geral dos/as sujeitos/as pesquisados/as, resultando numa breve caracterização de acordo com os dados pessoais informados, sendo 15% do sexo masculino e 85% do sexo feminino. A faixa etária dos/as egressos/as é de 24 a 47 anos como nos mostra o gráfico 01:

Gráfico 01 – Faixa Etária



Fonte: Pesquisa de campo Elaborado pela autora (2018)

Comparando esses dados a nível nacional no que tange a faixa etária, nota-se a maior predominância dos/as assistentes sociais nas faixas de idade acima de 30 anos até 64 anos. Com isso, a participação dos/as profissionais de 30 a 39 anos, a nível nacional, foi de 33,9%; de 40 a 49 anos de 24,1%; e de 50 a 64 anos de 23,7% conforme aponta a pesquisa DIEESE/CUT-Nacional (2015).

Em relação ao gênero, a mesma pesquisa aponta que no Brasil houve queda na participação das mulheres no total, caindo de 84,2% para 77,9%, ainda assim são maioria na profissão. Neste sentido, as pesquisas confirmam a tendência histórica da profissão de que o perfil feminino está presente historicamente na trajetória do Serviço Social desde a sua gênese aos dias atuais.

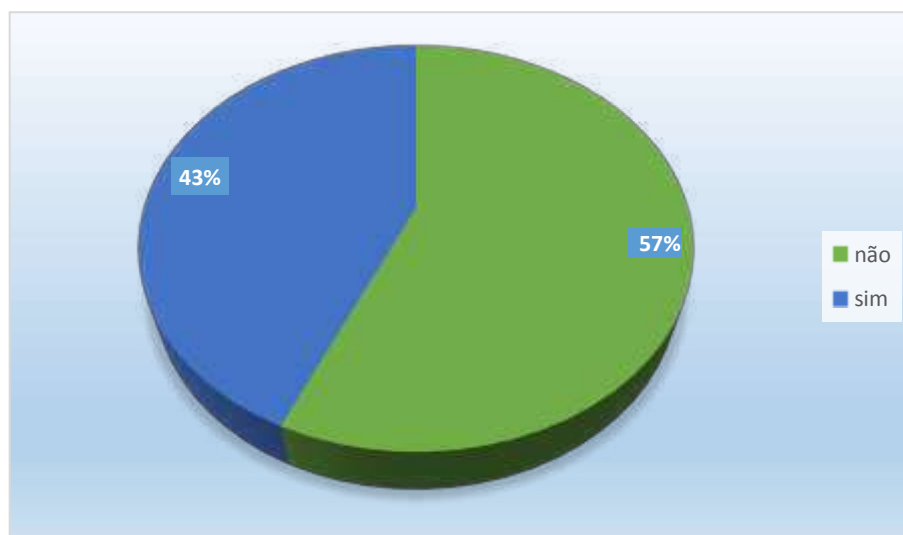
A análise da condição da mulher no mundo do trabalho não é uma questão de ordem linguística ou meramente gramatical. Ou seja, não se trata, apenas, de ressaltar que além de trabalhadores, existem trabalhadoras na composição da classe. Trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe

trabalhadora e que isso atende diretamente aos interesses dominantes (MIRLA CISNE, 2015, p.25).

O Serviço Social possui baixo status social e sua faixa salarial ainda se situa em contextos precários, inclusive para esta profissão não existe lei aprovada que regulamente um piso salarial. Assim como todas as profissões consideradas “femininas” o trabalho masculino sempre é mais valorizado, até mesmo na execução das mesmas atividades laborativas. Portanto, o Serviço Social não se insere apenas na divisão social, mas, também, na divisão sexual do trabalho, a hierarquia, O machismo, o preconceito e a desvalorização que as mulheres sofrem socialmente, refletem diretamente na profissão.

Quanto à inscrição no Conselho Regional de Serviço Social, 57% dos/as egressos/as estão inscritos conforme nos mostra o gráfico 02. De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão, a inscrição nos Conselhos Regionais de Serviço Social é obrigatória para pessoas físicas que exercem as atribuições privativas de assistente social, conforme artigo 5º da Lei 8.662/93, mesmo que de forma voluntária e ainda independentemente do enquadramento funcional na instituição onde trabalha.

Gráfico 02 – Inscrição no Conselho



Fonte: Pesquisa de campo Elaborado pela autora (2018)

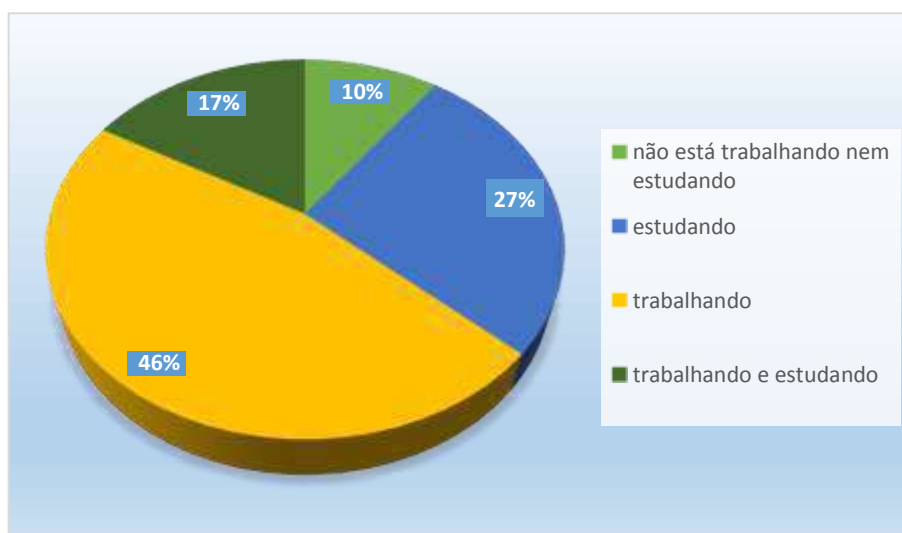
Ainda conforme o CEFESS (2018), no Brasil se tem hoje aproximadamente 180 mil profissionais com registro nos 26 Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e uma Seccional de Base Estadual. É o segundo país no mundo em

quantitativo de assistentes sociais, ficando atrás apenas dos Estados Unidos.

Parte dos/as egressos opta por não se inscrever⁵⁵ no Conselho Regional de Serviço Social⁵⁶ quando concluem a graduação, especificamente os que permanecem desempregados, deixando para fazê-la apenas quando conseguem emprego, tendo em vista que o pagamento da anuidade fica inviável sem remuneração.

O gráfico 03 diz respeito à inserção dos/as egressos/as no mercado de trabalho e mostra que 46% estão trabalhando, aponta ainda que 17% estão trabalhando e estudando, 27% continuam se especializando nos estudos e 10% não está trabalhando nem continuam estudando.

Gráfico 03 – Inserção no Mercado de Trabalho



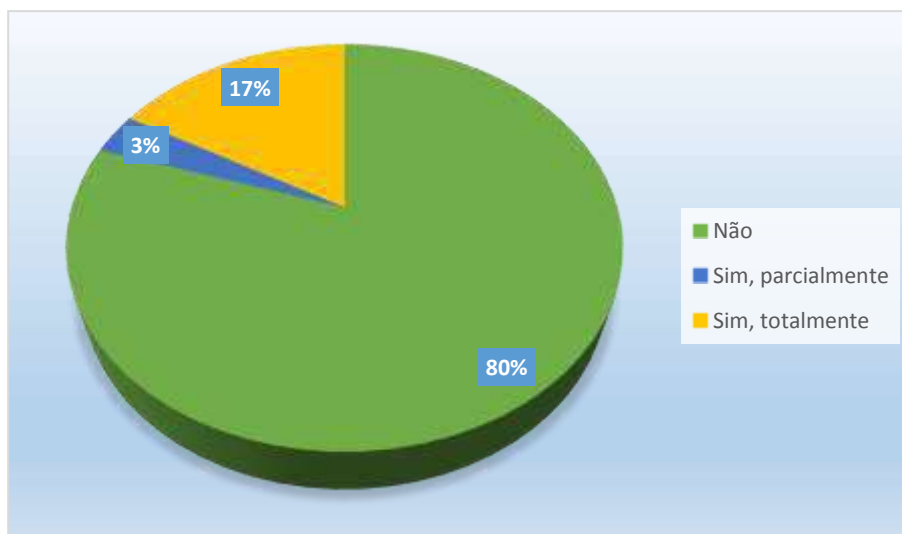
Fonte: Pesquisa de campo Elaborado pela autora (2018)

Devemos considerar que nem todos os/as egressos/as estão inseridos na área do Serviço Social, esses dados estão detalhados no gráfico 04, no qual especifica o índice de absorção dos/as egressos/as no mercado de trabalho em Serviço Social.

⁵⁵ Uma estratégia para resolver esse problema e não perder oportunidades no mercado de trabalho é fazer o registro no respectivo conselho pagando a taxa de inscrição, e dentro de alguns meses se o/a assistente Social não estiver exercendo a profissão, solicita o cancelamento do registro, paga o proporcional da anuidade pelo tempo que ficou ativo e ao ficar inativo, não será mais gerado futuras cobranças de anuidade tendo em vista que só é gerada para aqueles/as que estiverem com a inscrição ativa. No momento que tiver perspectivas de atuação pode se reinscrever utilizando o seu mesmo numero de registro anterior.

⁵⁶ Em contrapartida muitas instituições que realizam processos seletivos exigem o numero da inscrição no referido conselho no ato do envio da documentação para possível seleção de entrevista

Gráfico 04 – Absorção dos/as profissionais no Mercado de Trabalho



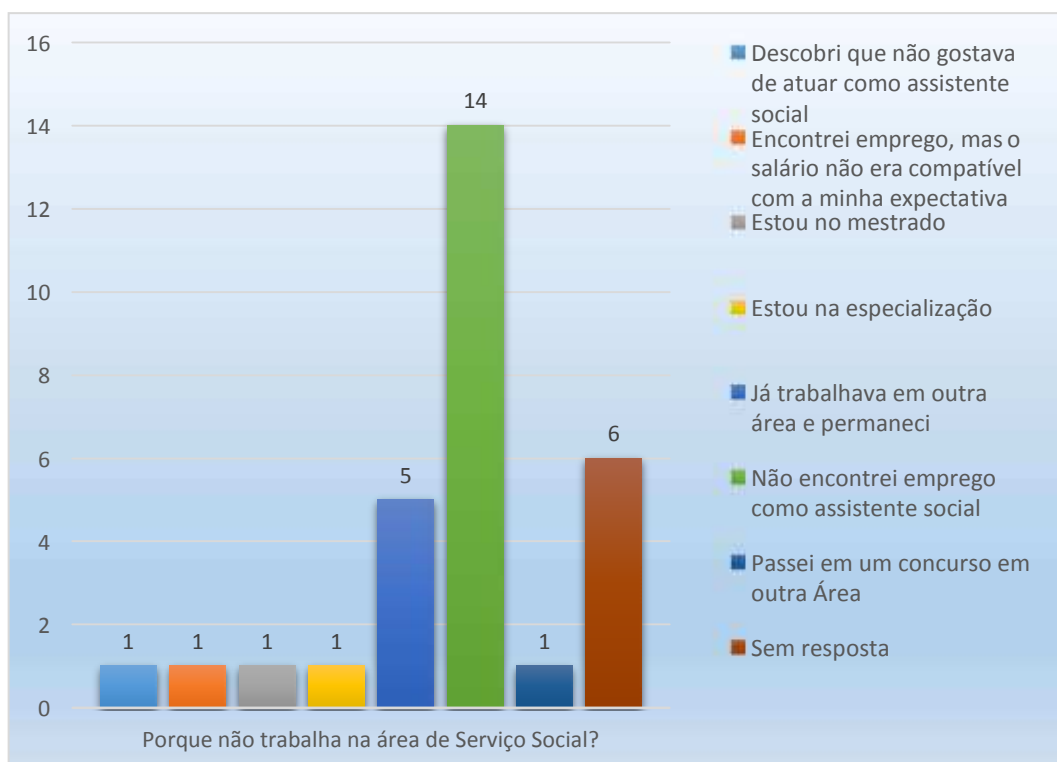
Fonte: Pesquisa de campo Elaborado pela autora (2018)

Podemos identificar que nessa turma, 20% dos/as egressos/as estão atuando na área de Serviço Social, sendo 17% atuando totalmente e 3% atuando parcialmente, sendo este último os casos em que os/as profissionais trabalham em contrato temporário de apenas 20 ou 30 horas semanais e complementam a renda através de outras fontes⁵⁷. Quando comparamos esses dados com a pesquisa feita pelo CFESS (2005) no Brasil, identificamos que grande maioria das (os) profissionais (77,19%) possui um vínculo empregatício na área.

Já os/as egressos/as que não trabalham na área se expressam em 80% dos entrevistados. Quando questionados a causa de não estarem inseridos na área, 58,3% respondeu que não encontrou emprego como/a assistente social, conforme nos sinaliza o gráfico 05:

⁵⁷ Geralmente essas fontes de rendas secundárias são trabalho no comércio em tempo parcial, alguma atividade informal, trabalho artesanal, trabalho autônomo em outra área, etc.

Gráfico 05 – Motivo da não Atuação



Fonte: Pesquisa de campo Elaborado pela autora (2018)

Os baixos índices de inserção destes egressos no mercado de trabalho podem estar relacionados justamente ao ajuste fiscal no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff que se inicia em 2015. Isto não quer dizer que os/as profissionais formados anteriormente tiveram empregos garantidos, mas sabe-se que justamente neste período ocorreram modificações efetivas que rebateram diretamente nos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, o que impacta também no retraimento das políticas sociais e, conseqüentemente, do mercado de trabalho.

Ainda no gráfico 05, 20,8% dos/as entrevistados/as afirmam que trabalhavam em outra área, mas permaneceram após a graduação. Isto ocorre por vários motivos, os quais, a falta de oportunidade de trabalho como/a assistente social, presença de melhores condições de salários na outra área de atuação, falta de capacitação continuada para atuar na área do Serviço Social, etc. Na mesma pergunta 4,2%, o que corresponde a 01 entrevistado, descobriu que não gostava de atuar como/a assistente social após concluir o curso; 8,4% não estão atuando na área por dedicação a continuidade dos estudos, em especialização e mestrado.

Uma das egressas entrevistadas, correspondendo ao percentual de 4,2%, afirmou que encontrou emprego na área, mas o salário não era compatível⁵⁸ com sua expectativa.

Na profissão do Serviço Social, ainda não existe um reconhecimento salarial, muitas vezes o profissional precisa ter mais de um vínculo empregatício para conseguir manter suas condições de existência. A profissão ainda traz a característica de subalternidade, pois a sua gênese está ligada a filantropia e atuação das damas da sociedade.

Assistentes sociais ainda não têm um piso salarial, mas possuem uma Tabela de Honorários/as profissionais, que determina o valor da hora técnica, fixando o valor mínimo a ser cobrado, e serve de parâmetro para prestação dos serviços/as profissionais que trabalham sem qualquer vínculo empregatício, vínculo estatutário ou de natureza assemelhada (CFESS, 2018).

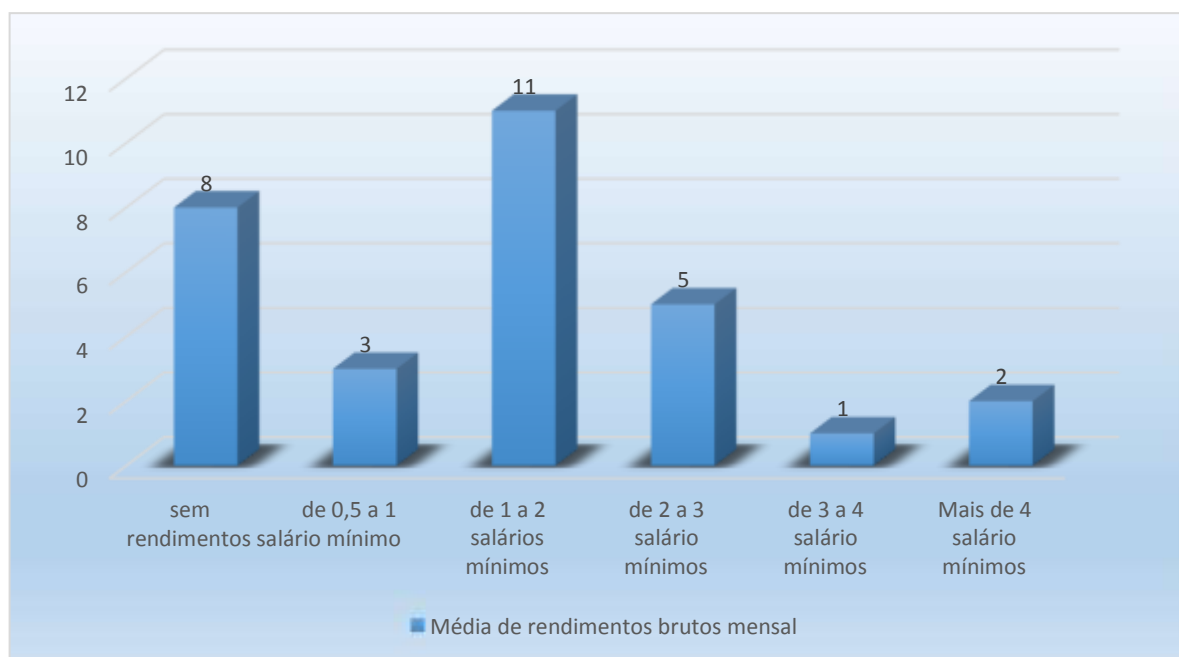
Em conformidade com dados do Salariômetro⁵⁹ (2018) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), a média salarial que os assistentes sociais recebem no Brasil é de R\$2.528,00, embora existam projetos de lei⁶⁰ na Câmara dos Deputados reivindicando um piso salarial para o/a assistente Social. A jornada semanal de trabalho deve ser de, no máximo, 30 horas, de acordo com a Lei 8.662/1993. Na particularidade dos/as egressos/as pesquisados/as, a realidade salarial se expressa conforme o gráfico 06 a seguir:

⁵⁸ Considerando o § 2º do artigo 1º da Resolução CFESS Nº 418/2001, que estabeleceu a Tabela Referencial de Honorários de Serviço Social – TRHSS, alterada pela Resolução CFESS Nº 467, de 17 de março de 2005, os valores da hora técnica corrigida pelo ICV/DIEESE no ano de 2018 são: Graduados/as: R\$ 133,81; Especialistas: R\$ 150,28; Mestres: R\$ 189,39; Doutores/as: R\$ 214,10.

⁵⁹ Disponível em: <http://www.salariometro.org.br>.

⁶⁰ O PL 5278/2009 fixa o piso salarial do/a assistente Social em R\$ 3.720,00 (três mil setecentos e vinte Reais) para uma jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais. Foi proposta pela deputada Alice Mazzuco Portugal em 2009 e ainda encontra-se em regime de tramitação.

Gráfico 06 – Rendimentos Brutos Mensais



Fonte: Pesquisa de campo Elaborado pela autora (2018)

Questionamos na pesquisa quais os rendimentos brutos mensais dos/as egressos/as, o gráfico 06 nos mostra que 50% recebem de um a dois salários mínimos; 22,7% recebem de dois a três salários mínimos; 13,6% recebem de meio a um salário mínimo; 9,1% recebem mais de quatro salários mínimos e 4,5% recebem de três a quatro salários mínimos. Deve se levar em consideração que nem todos os/as egressos/as entrevistados estão atuando na área do Serviço Social, assim, esse gráfico abarca os rendimentos de forma geral destes entrevistados/as.

Em relação aos 20% dos/as egressos/as que atuam no mercado de trabalho como/a assistentes sociais, desenvolvemos uma tabela para melhor compreensão dos seus rendimentos e área de atuação.

Tabela 05: Rendimentos dos/as profissionais que atuam na área

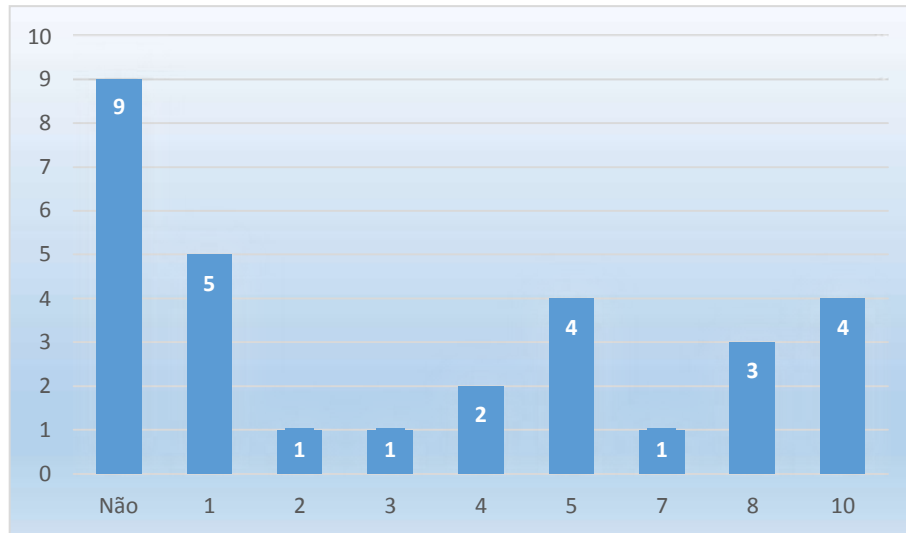
Assistente Social	Rendimento bruto mensal	Tipo de Vínculo	Jornada de trabalho
01	de um a dois salários mínimos	Contrato Temporário na Assistência	40hs
02	de dois a três salários mínimos	Contrato Temporário na Assistência	40hs
03	de dois a três salários mínimos	Contrato Temporário na Educação	40hs
04	de dois a três salários mínimos	<i>Sec. do Trabalho e Desenv Social</i>	30hs
05	de um a dois salários mínimos	Concursada – Município (Assistência)	30hs
06	de um a dois salários mínimos	Contrato Temporário na Assistência	20hs

Fonte: Pesquisa de campo Elaborado pela autora (2018)

No que tange ao salário dos/as assistentes sociais no Brasil, inseridos no mercado de trabalho formal, no período de abril de 2014 a março de 2015 o valor médio mensal destes profissionais nesse período foi de R\$ 2.174,82. O que condiz também com a realidade dos/as egressos/as entrevistados/as.

Quando questionados se seu salário contribui com a renda familiar, foi dada opção de assinalar uma escala linear com representação numérica de 1 a 10. 22,7% assinalaram a escala 1 em nível de contribuição, demonstrando que seus rendimentos são basicamente destinados para a sua própria independência; 18,2% assinalaram a escala 10, demonstrando que todo seu salário contribui com as despesas da casa; 18,2% assinalaram a escala 5 demonstrando que metade do seu salário contribui com a renda familiar; 13,6% assinalaram 8 mostrando que quase totalidade do seu salário também é destinado para a colaboração das despesas do lar; 9,1% marcaram o número 4 o que demonstra que quase metade do seu salário contribui com o núcleo familiar e apenas 4,5% o que corresponde a uma pessoa entrevistada disse que não contribuía com a renda familiar de forma alguma conforme dados expressos no gráfico 07 que se encontra na próxima página.

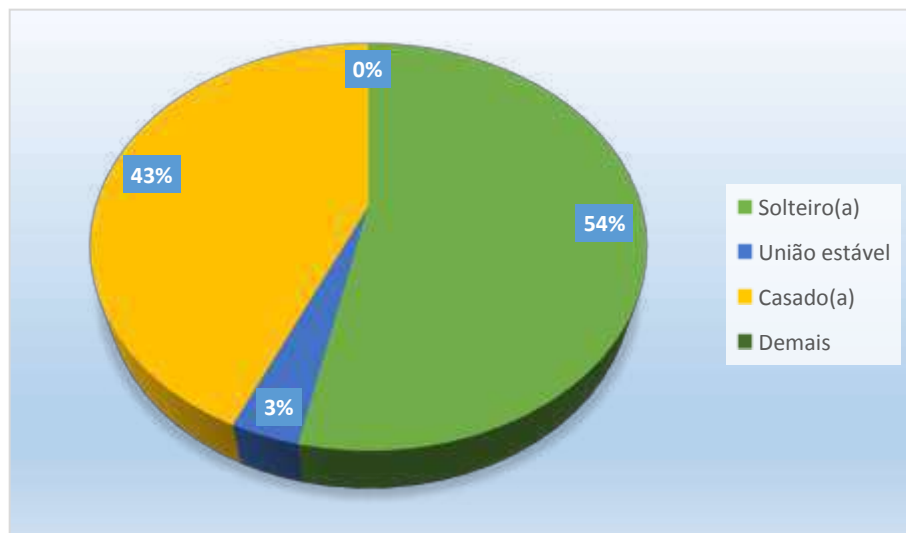
Gráfico 07 - Contribuição com a Renda Familiar



Fonte: Pesquisa de campo Elaborado pela autora (2018)

Quando questionados sobre seu estado civil, a maioria dos/as egressos/as entrevistados responderam que eram solteiros/as, o que representa 54%, mesmo assim todos contribuem de alguma forma com a renda familiar. Os/as entrevistados/as casados/as representam 43,%; e os que estão em união estável, 3%, conforme aponta o gráfico 08.

Gráfico 8 – Estado Civil

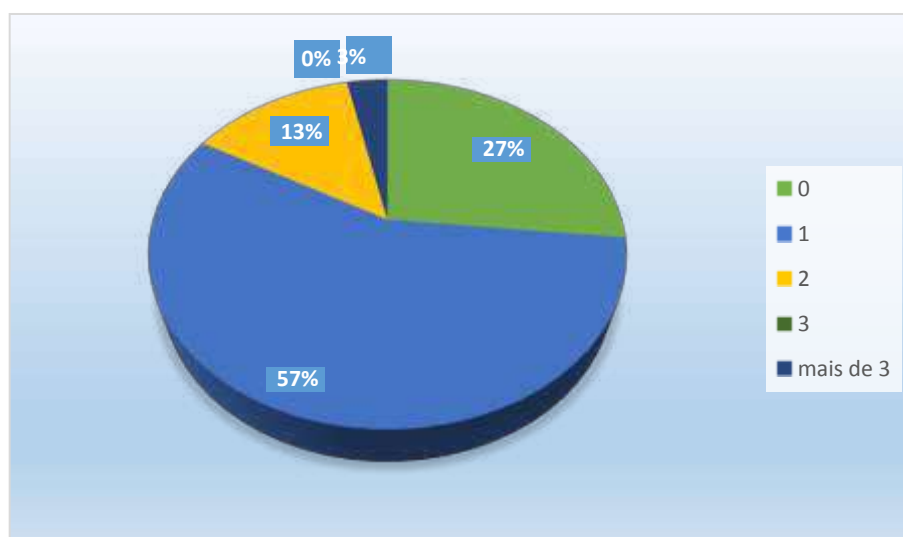


Fonte: Pesquisa de campo Elaborado pela autora (2018)

Já em relação à quantidade de locais de trabalho, o gráfico 09 mostra que 73,7% dos/as entrevistados/as afirmaram que trabalham em apenas um local; 21,1% informaram que trabalham em dois locais de trabalho e 5,3% informou que possuiu

mais de três locais de trabalho. Quando fazemos essa consolidação de dados com a jornada de trabalho é possível identificar que a maioria destes profissionais assumem 40 ou 30 horas semanais, que representa respectivamente 42,1% e 31,6%, o que faz com que fique praticamente inviável de conciliar dois trabalhos.

Gráfico 09 – Quantidade de Locais de Trabalho



Fonte: Pesquisa de campo Elaborado pela autora (2018)

Os que assumem uma jornada de trabalho de 20 horas representam 10,5% do total, e 5,3% os que assumem mais de três locais de trabalho. Vale salientar que esses egressos não estão inseridos no mercado de trabalho em Serviço Social, muitos trabalham de forma autônoma, ou prestam serviços para alguma empresa, demonstrando as incidências da flexibilização do trabalho.

A flexibilização do trabalho é uma das características do aprofundamento da política de desregulação do trabalho sob a lógica neoliberal, iniciada no governo FHC e continuada nos demais, ou seja, flexibilizar ao máximo os vínculos empregatícios da classe trabalhadora, favorecendo àqueles que compram a força de trabalho. “A flexibilização das relações contratuais de trabalho, retira o Estado da regulação destas relações, inclusive no que se refere à questão da proteção social, com a redução dos encargos sociais” (BEHRING, 2003, p.214).

A possibilidade de contratação por tempo parcial e, por consequência, com baixas remunerações, é também predominante nas organizações não governamentais e nas privadas, nas quais por sua vez, implicam no duplo ou pluriemprego, pois a oferta de jornadas de trabalho flexíveis impactam também nas

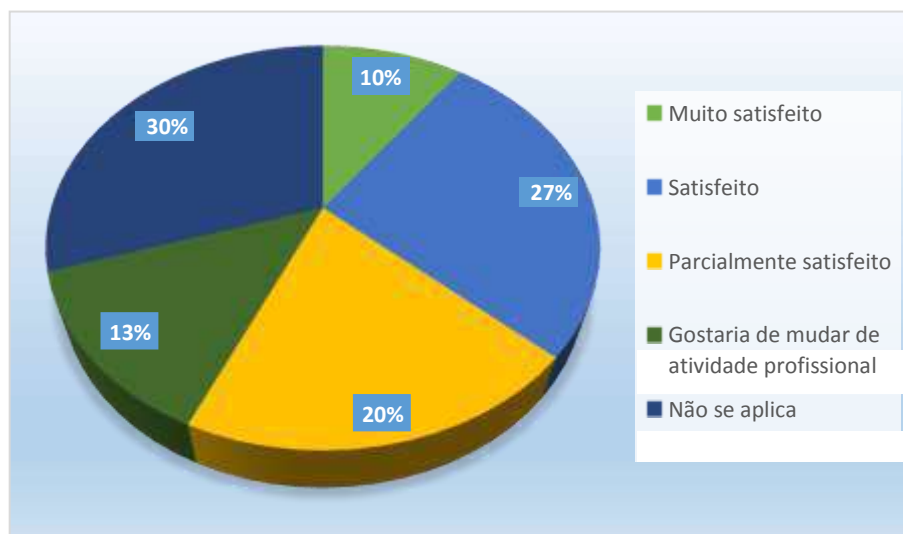
remunerações, o profissional acaba tendo que buscar mais de um emprego para complementar a sua renda e possibilitar condições dignas de sobrevivência.

[...] apostar nas ONGs como “saída profissional” é desconhecer os graves riscos do pluriemprego – roda-viva em que profissionais são compelidos a várias inserções empregatícias, num processo em que a fragmentação do mercado de trabalho pode conduzir a um processo de desagregação profissional. (NETTO, 1996, p. 122).

Quando questionados sobre o grau de satisfação com o trabalho que exercem atualmente, 27% dos/as egressos/as se disseram satisfeitos, inclusive alguns que não atuam na área do Serviço Social, mas que passaram em concurso de outra área e alegam satisfação devido à estabilidade que o atual emprego proporciona; 20% estão parcialmente satisfeitos, pois alguns ainda não atuam na área de formação e por esse motivo não se sentem realizados no campo profissional; 10% se declaram muito satisfeitos, são a maior parte dos/as egressos/as que atuam na área através de concurso público ou contrato temporário, mas que estão buscando novas oportunidades através da experiência adquirida e continuam estudando para prestar futuros concursos pois se sentem realizados com sua formação.

O gráfico 10 ainda nos mostra que 13% apresentam interesse em mudar de profissão. São parte dos/as profissionais contratados temporariamente na área do serviço social e que recebem menos de dois salários mínimos e aqueles que não conseguiram emprego como/a assistente social, que pararam de estudar por estarem desestimulados com a questão do desemprego.

Gráfico 10 – Satisfação com o trabalho exercido atualmente



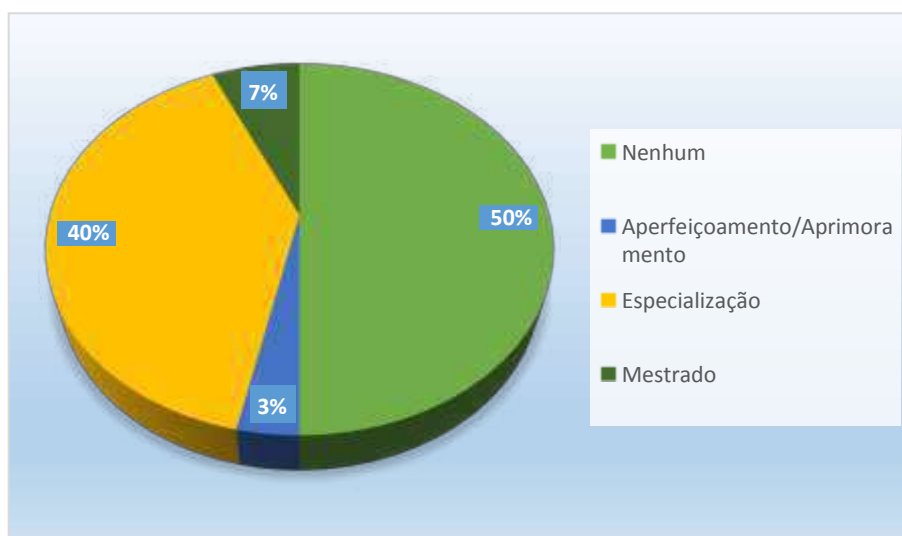
Fonte: Pesquisa de campo Elaborado pela autora (2018)

São essas respostas que mostram dados concretos que nos fazem refletir sobre o mercado de trabalho do/a assistente social no Brasil e também dentro da nossa realidade, no alto sertão da Paraíba. Faz-nos compreender que a expansão dos cursos superiores apresentam avanços e retrocessos. Avança quando chega em lugares que poucas pessoas teriam acesso e retrocede na forma de expandir, onde prevalece a lógica da massificação que não propicia absorção no mercado de trabalho profissional.

É através da acelerada expansão do curso de Serviço Social e logo depois do número de profissionais, que Iamamoto (2014, p. 629-630) afirma que “difícilmente a oferta de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do número de profissionais, podendo desdobrar-se na criação de um exército assistencial de reserva”.

Na quarta parte do formulário online, desenvolvemos perguntas relacionadas à formação continuada. Questionados se realizaram ou realizam algum curso de pós-graduação, obtivemos as seguintes respostas conforme mostra o gráfico 11: 50% dos/as entrevistados/as informaram que cursaram apenas a graduação e não deram continuidade em nenhuma outra forma de especialização; 40% fazem pós-graduação, inclusive parte destes estão no curso de pós-graduação *lato sensu* em Serviço Social, Políticas Públicas e Trabalho Profissional no próprio campus da UFCG Sousa.

Gráfico 11 – Formação continuada

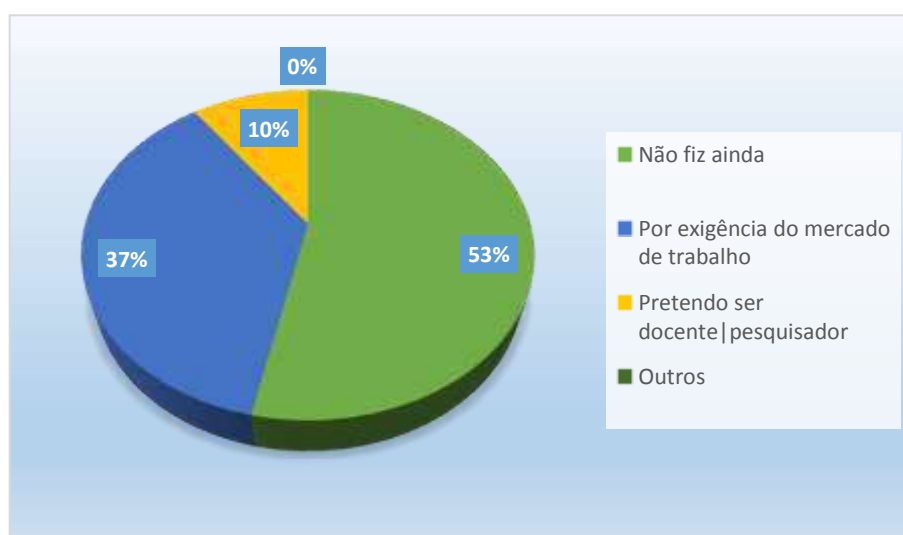


Fonte: Pesquisa de campo Elaborado pela autora (2018)

Temos 7% dos/as egressos/as no Mestrado e 3% se especializando através de cursos de capacitação, como por exemplo: curso de gerontologia e políticas sociais, curso de instrumentalidade no Serviço Social, dentre outros. Esses cursos geralmente possuem carga horária de 60 e 150 horas e trazem contribuição para o currículo profissional. Alguns destes são disponibilizados pela própria UFCG e são gratuitos.

Dos/as egressos/as que estão inseridos em algum tipo de especialização, quando questionados sobre o motivo que os levaram a buscar continuidade á formação, 37% disseram que era por exigência do mercado de trabalho e 10% porque pretende ser docente ou pesquisador.

Gráfico 12 – Motivo da Formação Continuada



Fonte: Pesquisa de campo Elaborado pela autora (2018)

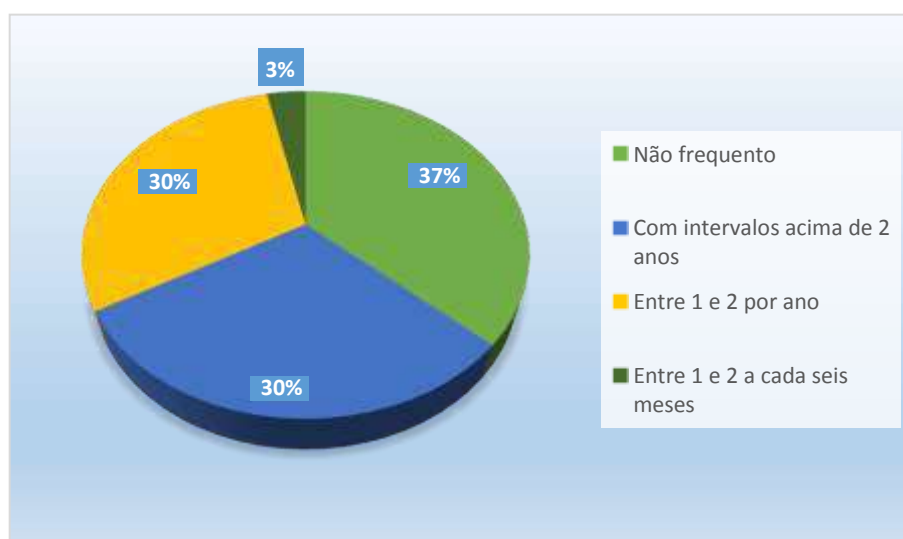
Como podemos observar, a maior parte dos/as egressos/as se especializam pela exigência do próprio mercado de trabalho, uma demanda posta no universo de uma concorrência tão acentuada que precariza as relações e as condições de trabalho e reduz a proteção social da classe trabalhadora, um mercado competitivo que têm ao seu dispor um exército industrial de reserva.

Falar da importância da educação na atualidade tornou-se lugar comum, já que há uma forte ideologia disseminada pelo mercado que reduz a educação à qualificação profissional, como condição para a inserção e o sucesso do indivíduo no mercado de trabalho. O sucesso e o fracasso são vistos como produtos do esforço individual do trabalhador (CARTAXO; idem MANFROI; idem SANTOS 2012, p. 240).

Quando questionamos aos/as egressos/as a frequência com que eles

participam de congressos do Serviço Social, a maioria, 37%, disse que não frequenta; e quando questionado os motivos tivemos respostas como “não me interessa mais pela área”, “os eventos são caros e distantes da minha cidade”; 30% disseram que frequenta entre 01 e 02 congressos por ano, outros 30% frequentam entre um e dois eventos anuais. Apenas 3,% que corresponde a um/a entrevistado/a disse que participa entre 01 ou 02 a cada seis meses, tendo em vista a necessidade de atualizar o conhecimento.

Gráfico 13 – Frequência em Congressos



Fonte: Pesquisa de campo Elaborado pela autora (2018)

Os congressos de Serviço Social são de extrema importância para debates e articulação dos rumos da profissão. Aos/as profissionais que estão inseridos no mercado de trabalho, participar destes eventos é uma forma de trazer novas reflexões e aprendizados para seu cotidiano e sua intervenção.

Em relação aos/as egressos/as que não frequentam os eventos alegando que os eventos são caros e distantes, é compreensível no sentido que mesmo para quem trabalha, participar de um evento como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) ou Encontro Nacional de Pesquisadores (as) em Serviço Social (ENPESS) é algo que requer muito planejamento e economia tendo em vista que os preços das inscrições para profissionais nesses eventos custam em média R\$ 500,00 além das passagens, hospedagem e alimentação o que não condiz com a realidade salarial da categoria.

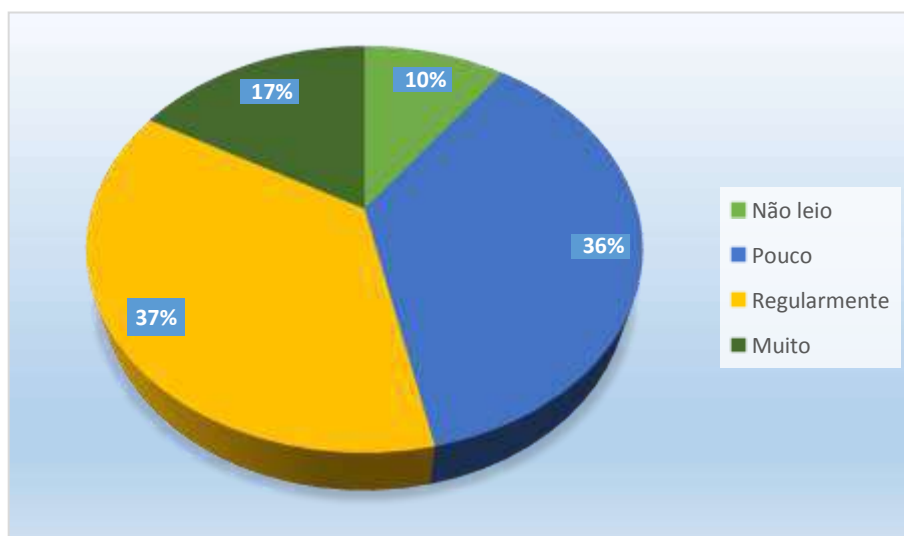
Por outro lado, através dos fóruns realizados pelos CRESS em parceria com

as UFAs geralmente estão sendo realizados eventos a nível regional ou local, assim como a ABEPSS itinerante, esses eventos sempre são gratuitos e tem muito a contribuir com o trabalho do/a assistente Social.

Algo que temos percebido nos eventos que a UFCG campus Sousa promove, são os altos índices de esvaziamento, tanto relacionado aos estudantes do curso de Serviço Social, como pelos profissionais que trabalham e moram na cidade. Os eventos são gratuitos e abertos ao público, muitos são organizados no período noturno para atender a um maior numero de pessoas e, no entanto nem metade das cadeiras do auditório ficam preenchidas.

Questionamos ainda: com que frequência se lê artigos científicos e /ou leituras da área? E obtivemos as seguintes respostas: 36,% dos/as egressos/as informaram que leem pouco; 37% enfatizaram que liam regularmente; 17% responderam que leem muito e 10% afirmaram não ler mais nada.

Gráfico 14 – Frequência de leituras



Fonte: Pesquisa de campo Elaborado pela autora (2018)

Para ter uma racionalidade crítica o profissional de Serviço Social precisa de um arcabouço teórico baseado na aproximação com o contexto sócio histórico, apreensão, muita leitura e intervenção na realidade. As leituras fazem parte da formação do/a assistente social e também da sua atuação, pois as regulamentações se atualizam e é necessário estar por dentro das mudanças que ocorrem na sociedade para intervenção adequada e baseada nos princípios do código de ética profissional.

É necessário romper com o estigma de que apenas na universidade se produz o conhecimento, é necessário fazê-lo fora dela também, ou seja, na atuação profissional mediando à prática com a apreensão das leituras necessárias e principalmente na pesquisa e na produção de artigos científicos a partir da sua realidade profissional.

Muitas vezes o profissional se insere no mercado de trabalho e esquece que é necessária essa relação conhecimento e atuação, sendo que para fazer um estudo social⁶¹ de uma demanda recebida é necessário que se façam leituras sobre a realidade. Assim, a leitura é imprescindível e faz parte da prática do/a assistente social.

Conforme Netto (2009) a dimensão investigativa do Serviço Social e a consolidação da profissão como produtora do conhecimento se deu através da inserção do marxismo e a relação com a obra marxiana no Serviço Social.

Desse modo, a pesquisa se compõe, hoje, em um dos principais instrumentos do exercício profissional. Para Guerra (2009), a pesquisa vem garantir a intelectualidade à profissão, sendo assim:

A pesquisa assume, assim, um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico que possibilita aliar formação com capacitação, condições indispensáveis tanto a uma intervenção profissional qualificada, quanto à ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico da profissão, que vem sendo produzido especialmente, mas não exclusivamente, no âmbito da pós-graduação stricto sensu. Apesar da nossa recente tradição em pesquisa e do viés empirista e epistemologista que a caracteriza, nota-se uma significativa expansão dela nos últimos anos e também um significativo avanço na sua qualidade, a partir da adoção do referencial teórico-metodológico extraído da tradição marxista (GUERRA, 2009, p.702).

A esse respeito, Netto (2009), afirma que até meados de 1960 a pesquisa ainda era muito desarticulada com a profissão, quando esta realidade muda por volta de 1980 e o autor propõe o uso do método de Marx para a pesquisa em serviço social, o que é um marco na história da profissão, pois:

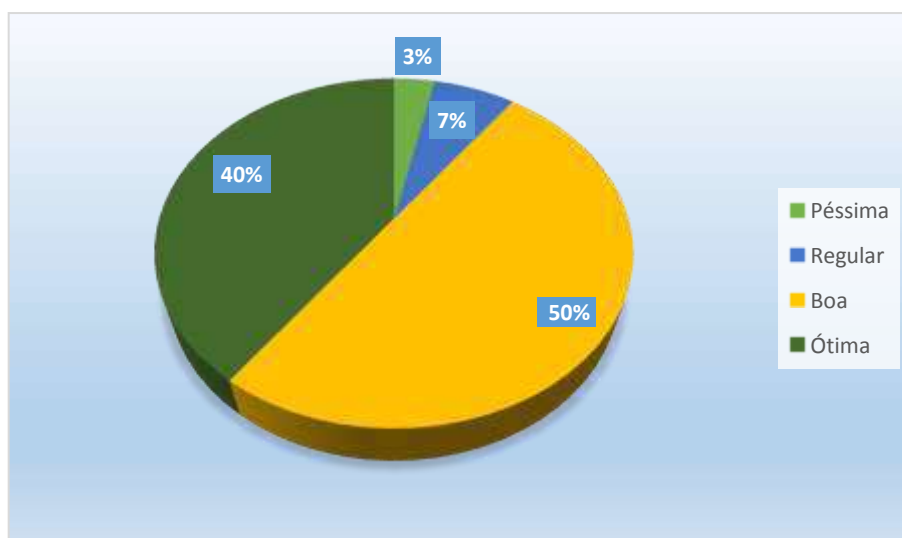
A inserção do pensamento de Marx contribui decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, desde então e apesar de tudo, constitui-se nele uma nova geração de pesquisadores que se vale competentemente das concepções teórico-metodológicas de Marx (NETTO, 2009, p. 693).

⁶¹ O Estudo Social é Instrumento específico do/a assistente social, através dele o profissional conhece a realidade de determinada situação ou expressão da questão social, com profundidade e de forma crítica. O Estudo Social permite o acesso a determinados serviços, programas, e benefícios, bem como na efetivação de direitos ao contribuir com os pareceres sociais. Analisa a família como elemento central onde busca compreender os seus vínculos e a estrutura das relações vivenciadas pelos usuários, de modo a garantir a proteção de seus membros.

Assim, compreendemos que a leitura é imprescindível ao exercício profissional, pois é através dela que se dá a pesquisa, onde percebemos as mais variadas expressões da realidade social, e assim adquirirmos o conhecimento necessário para a intervenção.

Ao questionar aos/as egressos/as como consideravam sua formação acadêmica, 50% dos/as entrevistados/as responderam que acharam boa, 40% disseram achar ótima; 6,7% regular e 3,3% consideraram a formação péssima.

Gráfico 15 – Como Considera a Formação Acadêmica



Fonte: Pesquisa de campo Elaborado pela autora (2018)

Pensar a formação profissional em Serviço Social exige a compreensão de que esta se processa e se desenvolve sob intermédios sociais, econômicos e políticos no decorrer da história. As diretrizes curriculares, construídas em 1996, apresentam a defesa de um novo projeto de formação profissional pautado nas “dimensões interventivas e investigativas como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria-realidade” (ABESS, 1997, p. 63). Para Guerra, a formação profissional perpassa por um desafio em mão dupla:

Desvendar e enfrentar a crise do capital e nela as diversas formas de precarização das relações e das condições de trabalho, flexibilização dos direitos e focalização das políticas sociais, que, [...] se expressam e condicionam o exercício e a formação profissional. (GUERRA, 2001, p.715).

Para tanto a ABEPSS defende o tripé ensino-pesquisa-extensão cruciais como processo da formação acadêmica, ou seja, reafirma a importância de uma

formação de qualidade, que não se limita apenas as atividades de ensino, mas envolve também a pesquisa, a extensão e, a defesa da universidade pública, laica, gratuita e de qualidade, defesa intransigente do Projeto Crítico de Formação Profissional do Serviço Social.

Esse tripé primordial para a formação de qualidade tem que tem sofrido ataques através do processo de expansão e massificação do ensino superior no qual favorece a educação privada em detrimento da pública, onde a educação é considerada como mercadoria, diplomas aligeirados, à distância, vendidos e comprados por quem pode. Afirmando essa discussão, Lima e Pereira dizem que:

A análise do Programa REUNI evidencia de que forma e com que conteúdo ocorrerá a expansão do acesso à educação superior. Trata-se do tripé: aligeiramento da formação profissional (bacharelado interdisciplinar, cursos de curta duração, ciclos, exame de proficiência, cursos a distância); aprofundamento da precarização do trabalho docente (relação professor/aluno, ênfase das atividades acadêmicas no ensino de graduação) e pavimentação do caminho para transformação das universidades federais em —escolões de terceiro grau, quebrando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e decretando, efetivamente, o fim da autonomia universitária, na medida em que a alocação das verbas públicas está condicionada à adesão ao REUNI. (LIMA; PEREIRA, 2009, p. 10)

Em consonância com Lima (2011), os programas que proporcionam o acesso à formação superior são artifícios utilizados pelo Estado para legitimar suas ações e “atender” aos anseios da classe trabalhadora, portanto, o que realmente acontece é uma falsa ilusão de que todos podem ter acesso a graduação, já que o leque de oportunidades é vasto. Na verdade o que ocorre é a mercantilização dos direitos sociais da população. Ainda conforme a referida autora, esses programas compõem uma “[...] política de ampliação de acesso à educação utilizada pelo Governo Federal para legitimar suas ações por intermédio de uma eficiente operação ideológica que as reveste de um ilusório verniz democrático-popular” (LIMA, 2011, p. 92).

Perguntado aos/as egressos/as se eles identificaram falhas na sua formação acadêmica, 48% disseram que o estágio tinha pouco tempo para cada área; 44% acham que faltaram disciplinas para habilitá-los; 16% responderam que alguns professores não dominavam o conteúdo das disciplinas; 12% disseram que não se empenharam o suficiente na graduação.

Quando solicitado para citar Qual/quais foi/foram o/os ponto/os positivo/os

que você observou na sua formação acadêmica quando entrou para o mercado de trabalho em Serviço Social? Obtivemos as seguintes respostas:

- 1) Ter possibilidade de contrapor a teoria com a prática, partido de análises críticas da realidade; A carga de leitura, a literatura nos traz aparato para desmistificarmos fatos com cotidiano que por outro viés seria de difícil entendimento;
- 2) Participação no Movimento Estudantil foi essencial;
- 3) A formação crítica ajudou e muito no mercado O contato direto com os usuários da política de assistência;
- 4) Aprendi a analisar a realidade. Com relação à formação me senti preparada para atuar como/a assistente social, visto que, o quadro de docentes que tive a oportunidade de passar acrescentou muito ao conhecimento adquirido no decorrer da vida acadêmica, porém por falta de oportunidade em nossa cidade não atuo na área. Oportunidade essa que muitas vezes acaba levando os/as profissionais a buscarem outras vertentes para atuar;
- 5) O curso conta com professores capacitados, que ministraram as disciplinas com excelência, desta forma nos tornando bons profissionais para o mercado de trabalho;
- 6) Capacidade crítica, de análise de conjuntura. Contudo, prevalece o desafio de transformar o discurso crítico em respostas profissionais na perspectiva da defesa dos direitos dos usuários;
- 7) O grau de exigência da academia deu-me muita segurança no ambiente de trabalho;
- 8) Ainda não adentrei no mercado em Serviço Social;
- 9) As disciplinas de outras áreas sociologia, história, teoria política, filosofia política, antropologia e os exemplos da prática dos professores que tinham experiência no mercado de trabalho;
- 10) Apesar dos desafios, o mercado proporciona algumas opções de diferentes áreas.

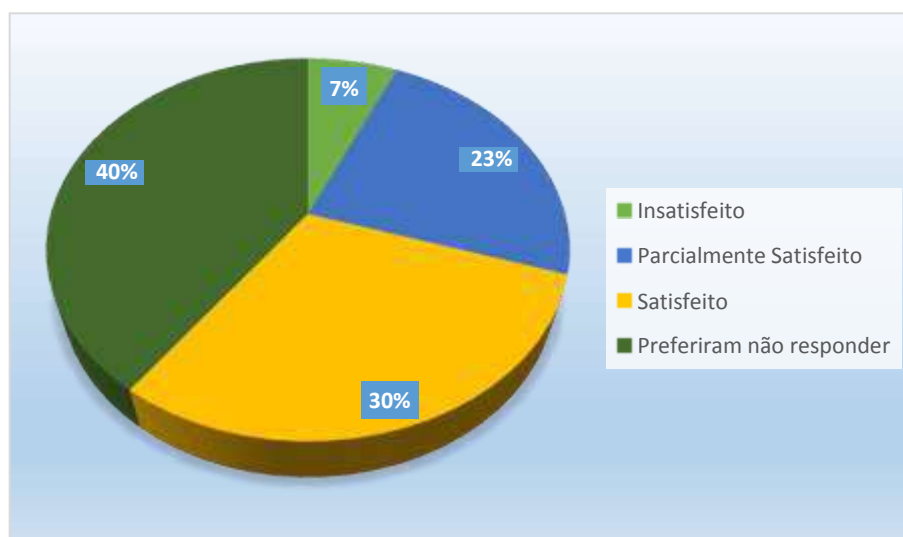
Quando questionados se mantinham algum contato com a UFCG, 76,7% disseram que não mantém nenhum contato; 20% disseram que participam de

eventos que a universidade organiza e 10% faz a especialização em Serviço Social ofertada pela UFCG.

É importante manter o vínculo com a universidade mesmo depois que concluir a graduação, pois sempre acontecem eventos relacionados ao Serviço Social que são organizados pela UFCG, o que traz uma oportunidade de apresentação de trabalhos e de participação de eventos para complementação curricular. Para, além disso, é importante manter o diálogo com estudantes e professores para troca de experiências e informações.

Para finalizar o questionário, perguntamos como os entrevistados se sentiam em relação profissão em que se formaram. Obtivemos os seguintes resultados: 40% preferiu não responder, o que nos faz pensar em sentimentos negativos, pois se uma coisa é agradável a maioria das pessoas faz questão de expor; 30% se disseram satisfeitos; 23% estão parcialmente satisfeitos o que se refere a baixos salários ou não inserção na área e 7% insatisfeitos, inclusive estes já estão fazendo curso superior em outra área, pois disseram que o Serviço Social não era a profissão dos seus planos.

Gráfico 16 – Como se Sentem em Relação a sua Formação



Fonte: Pesquisa de campo Elaborado pela autora (2018)

Ao concluir os levantamentos de dados desta pesquisa compreendemos que no Brasil houve uma acentuada expansão do mercado de trabalho para os assistentes sociais. Na região Nordeste, esse numero teve um crescimento considerável, mais precisamente na esfera municipal, devido a descentralização das

políticas públicas e a inserção de CREAS e CRAS nos municípios e a expansão e interiorização do ensino superior, com maior destaque nos governos petista. No entanto cabe a crítica que essa expansão de mercado de trabalho em serviço social se deu de forma precária, especificamente na política de assistência social.

No entanto a pesquisa com a turma egressa de 2015 mostrou um baixo índice de absorção dos/as profissionais na área do Serviço Social, o que associamos ao ajuste fiscal do governo que ocorreu em 2015, conforme já explicamos nos capítulos anteriores.

Finalizamos a pesquisa com o entendimento que os poucos/as egressos/as que conseguiram se inserir no mercado de trabalho não se encontram totalmente satisfeitos com os seus rendimentos

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar à conclusão dessa pesquisa, percebe-se que os seus dados são condizentes com a bibliografia que serviu de base e pressuposto deste trabalho, nas quais mostram que o processo de inserção no mercado de trabalho profissional do/a assistente social é fundamentado pela lógica neoliberal do sistema capitalista, e que impactos da reestruturação produtiva geraram um processo destrutivo para a configuração da classe trabalhadora, como a precarização do trabalho, eliminação de postos de trabalho gerando mais desemprego, e exclusão de milhões de trabalhadores do mercado de trabalho.

No caso específico do mercado de trabalho dos/as egressos/as pesquisados, ficou evidente na análise de dados que os 20% que estão atuando como/a assistentes sociais estão inseridos no setor público municipal, a maioria inseridos/as através de contrato temporário de trabalho.

A maior parte do crescimento do número de assistentes sociais ocupados no Brasil, entre 2004 e 2013 se deu na esfera pública municipal, sendo responsável por mais de 66% do total do aumento do número de assistentes sociais ocupados, conforme nos indica o levantamento de dados da DIEESE (2013).

Esse crescimento no âmbito municipal se deu através da descentralização das políticas públicas, e principalmente depois da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na qual houve a implantação dos CRAS e CREAS em todo os país, possibilitando a ampliação de mercado de trabalho, viabilizando a inserção de um maior número de profissionais nos serviços de assistência social

Os dados e a conjuntura histórica evidenciam o quanto a partir de 1990 ocorreram mudanças estruturais na política de educação superior no Brasil, num movimento de contrarreforma do Estado. As modalidades de ensino foram ajustadas entre público e privado, presencial e a distância, com maior investimento e ampliação do ensino privado.

Esta ampliação do ensino superior não foi apenas para “possibilitar” o acesso da classe trabalhadora à Universidade, mas, antes de tudo, para atender algumas determinações do capital de massificar a quantidade de trabalhadores

especializados para rebaixar seus salários, devido a grande quantidade de força de trabalho formada/especializada, seja no Serviço Social como em outras profissões.

Essa expansão desenfreada acarretou, conforme dados do CFESS, o contingente profissional de 110.000 assistentes sociais, o que representa, pela primeira vez na história da profissão, o número de alunos/as supera o de profissionais, o que confirma a tese de lamamoto (2008) acerca da formação de um exército assistencial de reserva.

O exército assistencial de reserva traz sérios impactos para o exercício profissional do/a assistente social, como as condições de trabalho, baixos salários e desproteção social, bem como um alto índice de desemprego na área, visto que, dificilmente as ofertas de vagas no mercado de trabalho crescerão no mesmo ritmo que as ofertas de vagas nas instituições de ensino, aumentando assim a insegurança no trabalho.

Diante o exposto as mudanças ocorridas na sociedade, advertem que o Estado vai reduzir o mercado de trabalho do/a assistente social, “seja cortando coberturas públicas, seja sucateando os aparelhos para executar as que se mantêm” (NETTO, 1996, p. 122). Nesse sentido, o autor aponta que a classe trabalhadora têm seus direitos sociais restritos, devido aos ajustes neoliberais, o que acarreta consequências negativas para o mercado de trabalho dos assistentes sociais.

Essas mudanças implicarão, também, em novas configurações para o exercício profissional, com diferentes condições de trabalho nas instituições estatais e nas empresas privadas, como também no chamado “terceiro setor”, ou seja, em entidades não governamentais, no qual vem crescendo expressivamente a inserção de assistentes sociais.

E, finalmente, considerarmos que a elaboração deste trabalho possa contribuir para o debate sobre o mercado de trabalho dos assistentes sociais, que a partir daqui possam surgir outras inquietações e que conduzam a um repensar crítico da problemática aqui tratada e a novos estudos que apontem alternativas ou, pelo menos, um horizonte a seguir num contexto tão ameaçador como este que a classe trabalhadora vivencia.

6 Referências Bibliográficas

ABESS. *Diretrizes gerais para o curso de serviço social*. Cadernos Abess, São Paulo: Cortez, n. 7, 1997.

ABREU, Marina Maciel. *A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira*. Revista Serviço Social e Sociedade. n. 79. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Proposta básica para o projeto de formação profissional*. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 50, 1996.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARTAXO, Ana Maria Baima; MANFROI, Vania Maria e SANTOS, Maria Teresa dos. *Formação continuada: implicações e possibilidades no exercício profissional do/a assistente social*. In. Revista katálysis [online]. 2012, vol.15, n.2, pp. 239-253. ISSN 1414-4980. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n2/09.pdf>. Acesso em: 01 12. 2018.

CARVALHO, A. M. P. de. *O projeto da formação profissional do/a assistente social na conjuntura brasileira*. Cadernos Abess, São Paulo, n.1, p.17-42, 1986

CHAUÍ, M. *A Universidade Operacional*. Folha de São Paulo, 09 de maio de 1999. Caderno Mais.

CISNE, Mirla. *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2015.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. *Relações de trabalho no capitalismo brasileiro: uma análise da informalidade como componente do desemprego estrutural*. Encontro Nacional de Economia Política, 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Saber profissional e poder institucional*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GUERRA, Yolanda. *A dimensão investigativa no exercício profissional*. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília, 2009. p. 702-715.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no serviço social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela; Carvalho, RAUL. *Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 8 Ed. São Paulo: Cortez, 2014a.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do/a assistente social na atualidade In: COFI/CFESS. *Atribuições privativas do (a) assistente social em questão*. Brasília, fev.2002, pp. 13-50. IAMAMOTO, M. Os espaços sócio-ocupacionais do/a assistente social. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. pp.341-376.

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, Cortez, 1998.

Karl Marx. “A Lei Geral da Acumulação Capitalista” (cap. XXIII), In: *O Capital* (Livro Primeiro, vol. II). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979 (pp. 712-827).

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado. In: _____. *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. 2 ed. Tradução Rodrigo L. Contrera. São Paulo: Cortez, 1997.

LESSA, S. *Serviço Social e trabalho: do que se trata?* Temporalis, Brasília, ano 1, n.2, p.35-58, jul./dez. 2000.

LIMA, Katia Regina de Souza. *Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF*. In *Universidade e Sociedade*, ANDES-SN, n. 44, Brasília: julho de 2009. p. 147-157

LIMA, Katia. *Contra-reforma na Educação Superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: Identidade e alienação*. 14ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009

MÉSZÁROS, I. *O desemprego crônico: o significado real da “explosão populacional”*. In: *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*. Tr. Paulo César Catanheira e Sergio Lessa. 1ª ed. São Paulo, Editora da UNICAMP/Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS. Isteván. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

NETTO, J. P. *Introdução ao método na teoria social*. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília, 2009. p. 668 – 696

NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social no Brasil: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 16^a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Larissa Dahmer. *Educação e Serviço Social: do profissionalismo ao empresariamento da formação profissional*. São Paulo: Xamã, 2008.

SILVA, Marta Borba. *Assistência Social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo*. São Paulo: Cortez, 2014.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. *O projeto ético-político do Serviço Social*. IN: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. CFESS. 2009, p. 185-199.

ANEXOS

Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento.

Eu _____
_____, ciente dos objetivos do trabalho e de que minha identidade será mantida em total sigilo e anonimato, autorizo a utilização dos dados obtidos pelo questionário por mim respondido na realização deste trabalho, bem como sua apresentação em eventos científicos e sua posterior publicação.

Fui informado(a) de que esse ato é voluntário, não havendo nenhuma obrigação de realiza-ló se assim o quiser.

Sousa, _____ de _____ de 2018.

Assinatura: _____.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa

_____ que tem como objetivo/s, _____.

Quanto aos riscos, reconhecendo a possibilidade de desconforto, constrangimento que podem ocorrer, a pesquisadora _____ se compromete a tratar com o devido respeito, procurando minimizar qualquer risco que possa ocorrer durante a pesquisa. Quanto aos benefícios, devolvendo os resultados da pesquisa para o grupo pesquisado. Que o conhecimento da realidade possa contribuir para a melhoria dos processos de trabalho.

Dessa forma, pedimos a sua colaboração nesta pesquisa, respondendo a uma entrevista sobre o tema acima proposto que deverá ser gravada se o (a) Sr. (a) concordar. Garantimos que a pesquisa não trará nenhuma forma de prejuízo, dano ou transtorno para aqueles que participarem. Todas as informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e sua identidade não será revelada. Vale ressaltar, que sua participação é voluntária e o (a) Sr.(a) poderá a qualquer momento deixar de participar deste, sem qualquer prejuízo ou dano. Comprometemo-nos a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados poderão ser veiculados através de artigos científicos e revistas especializadas e ou encontros científicos e congressos, sempre resguardando sua identificação.

Todos(as) os participantes poderão receber quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa e, ressaltando novamente, terão liberdade para não participarem quando assim não acharem mais conveniente. Contatos e esclarecimentos da pesquisa com a Aluna. _____ pelo telefone (83) _____. Este termo está elaborado em duas vias sendo uma para o sujeito participante da pesquisa e outro para o arquivo do pesquisador.

Eu, _____ tendo sido esclarecido (a) a respeito da pesquisa, aceito participar da mesma.

Sousa-PB _____ de _____ de _____.

Assinatura do/a Participante

Assinatura da Pesquisadora